

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios Fundamentais



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Coordenadora Pedagógica: Élica Lopes

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran Cursos Online. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

221027218034



LUCIANO DUTRA

Advogado da União desde 2009, com atuação no Supremo Tribunal Federal. Autor de livros. Professor de Direito Constitucional com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos públicos e Exames de Ordem presenciais e on-line. Aprovado em diversos concursos públicos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em Direito Público. Graduado e pós-graduado em Ciências Militares.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Princípios Fundamentais	4
1. Introdução	4
2. Princípio Federativo	5
3. Princípio Republicano	10
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	12
5. Princípio da Soberania Popular	13
6. Princípio da Separação dos Poderes	14
7. Fundamentos do Estado Brasileiro	20
8. Objetivos Fundamentais do Estado Brasileiro	24
9. Princípios Regentes nas Relações Internacionais	25
10. Súmulas e Jurisprudência Aplicáveis	31
Resumo	39
Questões de Concurso	42
Gabarito	57
Gabarito Comentado	58

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. INTRODUÇÃO

Olá, meu(minha) aluno(a), tudo bem? Estamos de volta para dar início ao estudo das normas constitucionais em espécie.

Cabe-nos agora trabalhar o Título I – Princípios Fundamentais (arts. 1º ao 4º). Mas o que são Princípios Fundamentais? **Princípios Fundamentais** são os vetores axiológicos, os princípios estruturantes do Estado Brasileiro escolhidos pelo Poder Constituinte originário (aquele que redigiu a nossa atual Constituição Federal) e previstos nos citados arts. 1º ao 4º.

Em outras palavras, nossos representantes, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, escolheram os princípios estruturantes da recém-nascida República Federativa do Brasil e os consolidaram nos arts. 1º ao 4º da nossa atual Constituição Federal de 1988.

Didaticamente (e não matematicamente), separo os Princípios Fundamentais em **oito**, são eles:

- 1) Princípio Federativo;
- 2) Princípio Republicano;
- 3) Princípio do Estado Democrático de Direito;
- 4) Princípio da Soberania Popular;
- 5) Princípio da Separação dos Poderes;
- 6) Todos os Fundamentos previstos no art. 1º;
- 7) Todos os Objetivos previstos no art. 3º;
- 8) Todos os Princípios na Ordem Internacional previstos no art. 4º.

ATENÇÃO 

Todos os fundamentos, objetivos e princípios na ordem internacional também são Princípios Fundamentais, haja vista que estão elencados no Título I (arts. 1º ao 4º). Por conta disso que friso que os Princípios Fundamentais são por mim reunidos em 8 apenas de maneira didática, uma vez que matematicamente falando são muito mais do que 8.



Vamos estudar cada um deles.

Aperte o cinto, que o avião do Gran irá decolar em breve. Venha comigo!!!

2. PRINCÍPIO FEDERATIVO

Quando falamos em **Princípio Federativo**, estamos tratando da **Forma de Estado** adotada pelo Brasil.

A federação como Forma de Estado caracteriza-se pela **união indissolúvel** de entidades federativas (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) dotadas de plena **autonomia política**.

O princípio federativo também é chamado de pacto federativo. Nele o **poder** é exercido de forma **descentralizada** pela União, pelos Estados-membros, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, pois possuem a citada **autonomia política**.

Faço questão de frisar que as entidades federativas são dotadas, tão somente, de **autonomia política**, porque, na sua prova, o examinador vai dizer que possuem soberania e estará errado. Veremos mais a frente quem possui **soberania** é o Estado brasileiro (a República Federativa do Brasil). As entidades federativas (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) possuem apenas **autonomia política**.

A forma federativa de Estado está prevista no *caput* do art. 1º e no *caput* do art. 18. Perceba:

Art. 1º A República **Federativa** do Brasil, formada pela **união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal**, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...]

Art. 18. A organização político-administrativa da República **Federativa** do Brasil **compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos**, nos termos desta Constituição.

Essa autonomia citada na cabeça do art. 18 é a multicitada **autonomia política**.

DIRETO DO CONCURSO



001. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal (DF), adota a federação como forma de Estado.



Exatamente isso!!!

Certo.

Importa dizer que a Forma de Estado está ligada ao **modo de exercício do poder político em função do território**. Se existe unidade de poder sobre o território, pessoas e bens, temos um Estado unitário. Se, ao contrário, o poder se reparte, divide-se no espaço territorial (divisão espacial do poder), gerando uma multiplicidade de organizações governamentais, distribuídas regionalmente, encontramos-nos diante de uma Forma de Estado composto, denominado Estado federal ou Federação de Estados. A **repartição regional de poderes autônomos** constitui o cerne do conceito de Estado federal. É nesse aspecto que ele se distingue da forma de Estado unitário (são exemplos, França, Chile, Uruguai, Paraguai e outros), que não possui senão **um centro** de poder que se estende por todo o território e sobre toda a população e controla todas as coletividades regionais e locais.

Dizer que as entidades federativas (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) são dotadas de **autonomia política** é afirmar que possuem **quatro capacidades**:

1) Auto-organização é a capacidade das entidades federativas de se auto-organizarem por meio das Constituições e das Leis Orgânicas. A União se auto-organiza pela Constituição Federal; os vinte e seis Estados-membros se auto-organizam por suas Constituições Estaduais; o Distrito Federal se auto-organiza por sua Lei Orgânica; e os mais de cinco mil Municípios se auto-organizam por suas Leis Orgânicas.

ATENÇÃO



Apesar de o Distrito Federal se auto-organizar por uma Lei Orgânica, esta norma, na sua essência, é uma verdadeira Constituição Estadual. Conforme consignado na ADI 3.756, o Distrito Federal, muito embora submetido a um regime constitucional diferenciado, **está bem mais próximo da estruturação dos Estados-membros do que dos Municípios, haja vista que:** “a) ao tratar da competência concorrente, a Lei Maior colocou o Distrito Federal em pé de igualdade com os Estados e a União (art. 24); b) ao versar o tema da intervenção, a Constituição dispôs que a ‘União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal’

(art. 34), reservando para os Municípios um artigo separado (art. 35); c) o Distrito Federal tem, em plenitude, os três orgânicos Poderes estatais, ao passo que os Municípios somente dois (inciso I do art. 29); d) a Constituição tratou de maneira uniforme os Estados-membros e o Distrito Federal quanto ao número de deputados distritais, à duração dos respectivos mandatos, aos subsídios dos parlamentares etc. (§ 3º do art. 32); e) no tocante à legitimação para propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, a Carta Magna dispensou à Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal o mesmo tratamento dado às Assembleias Legislativas estaduais (inciso IV do art. 103); f) no modelo constitucional brasileiro, o Distrito Federal se coloca ao lado dos Estados-membros para compor a pessoa jurídica da União; g) tanto os Estados-membros como o Distrito Federal participam da formação da vontade legislativa da União (arts. 45 e 46)”.

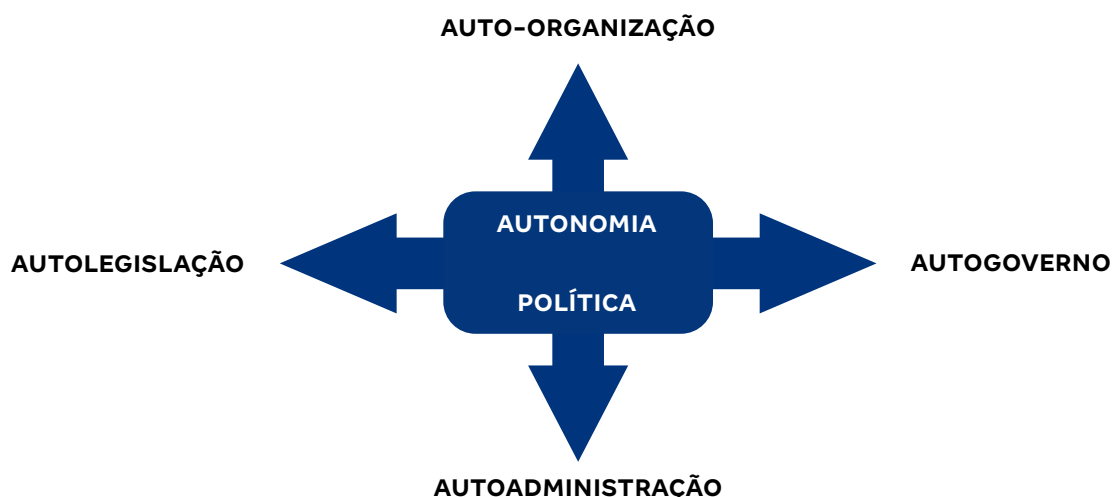
2) Autogoverno é a capacidade que possuem as entidades federativas de estruturarem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

ATENÇÃO 

A capacidade de autogoverno do **Distrito Federal e dos Municípios é limitada**, uma vez que não possuem Poder Judiciário próprio. No caso específico do Distrito Federal, à luz do art. 21, inciso XIII, cabe à União organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal.

3) Autolegislação (também chamada de normatização própria) é a capacidade das entidades políticas de criar normas jurídicas gerais e abstratas (leis).

4) Autoadministração é a capacidade das entidades federativas de administrar a coisa pública sob sua gestão, especialmente servidores e bens.



Mais uma vez volto a chamar a sua atenção para não confundir autonomia política com soberania.

Somente o Estado brasileiro (a República Federativa do Brasil), reconhecido como pessoa jurídica de **Direito Público internacional**, possui soberania. Já a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios (pessoas jurídicas de Direito Público interno) possuem apenas autonomia política. Agora vamos falar da **indissolubilidade do pacto federativo**.

Os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios **não podem se separar** do Brasil, sob pena de incidirem duas consequências jurídicas:

- **uma constitucional:** o ente desobediente sofrerá intervenção pelo ente maior, para o retorno da integridade territorial;
- **uma penal:** configuração de crime contra a segurança nacional, nos termos da Lei n. 14.197, de 2021.¹

No âmbito constitucional, portanto, caso um Estado-membro insista em se separar da República Federativa do Brasil, poderá sofrer **intervenção federal**, com amparo no art. 34, I, da CF/1988:

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I – manter a integridade nacional;

Perceba que o art. 1º, *caput*, informa que a República Federativa do Brasil é formada pela **união indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. A mencionada expressão “união”, grafada em minúsculo, denota justamente a **indissolubilidade do pacto federativo**, vedando que os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios rompam o vínculo federativo. Veda, portanto, o chamado **direito de secessão** em face da federação brasileira.

DIREITO DO CONCURSO



002. Em casos excepcionais, é admitido o direito de secessão aos estados da Federação.



Em hipótese nenhuma é possível o direito de secessão.

Errado.

003. De acordo com o princípio federativo adotado no Brasil, os estados-membros possuem autonomia administrativa e política, sendo vedado a eles o direito de secessão.



Exatamente como ensinamos.

Certo.

¹ Ana Flávia Messa *apud* Oliveira, James Eduardo. *Constituição Federal anotada e comentada*. Editora Forense. 2013. p. 3.

Essa forma federativa de Estado de que estamos tratando integra o rol de matérias chamadas de **cláusulas pétreas**, segundo o art. 60, § 4º, I.

Art. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a **forma federativa de Estado**;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

DICA DO LD

Para ajudar na memorização das cláusula pétreas, vamos a um processo mnemônico: FOi VOcê que SEPAROU os DIREITOS.

FOi = Forma federativa de Estado;

VOcê = VOto direto, secreto, universal e periódico;

SEPAROU = SEPARAÇÃO dos Poderes;

DIREITOS = DIREITOS e garantias individuais.

Por fim, podemos afirmar que a **federação brasileira é de 3º grau, por segregação, cooperativa e assimétrica**.

O Brasil possui um federalismo de **3º grau** porque é formado por **três níveis**:

- a) um nível nacional:** exercido pela União;
- b) um nível regional:** exercido pelos Estados-membros;
- c) um nível local:** exercido pelos Municípios.

Por sua vez, a federação brasileira é formada **por segregação** porque éramos um Estado unitário (CF de 1824) e houve uma descentralização política do Poder (CF de 1891), dando origem ao surgimento de outros entes regionais autônomos.

Conforme aponta a doutrina, trata-se de **movimento centrífugo** (para fora) de formação estatal e distribuição do poder. Para diferenciar, entenda que uma federação surge por agregação quando Estados soberanos unem-se para formar um novo Estado, como aconteceu, por exemplo, na formação dos Estados Unidos da América. Na formação de uma federação por agregação, há um movimento centrípeto (para dentro) de formação estatal.

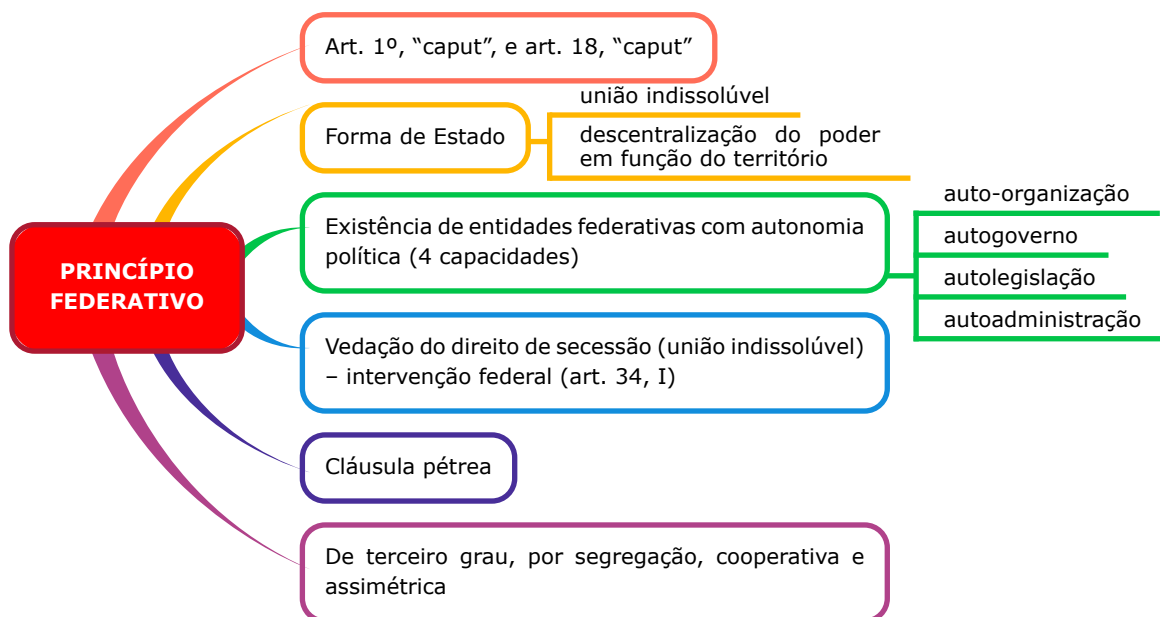
Somos, ainda, uma **federação cooperativa**, na medida em que **não há uma rígida divisão de competências** entre o ente de maior grau (União) e os demais entes federados (Estados-membros, Distrito Federal e Municípios). Tal fato é observado a partir da leitura dos arts. 23 (que trata das competências comuns) e 24 (que elenca as competências concorrentes).

Por outro lado, nos Estados que adotam o modelo de federalismo dual, é verificada uma rígida separação de competências entre o ente de maior grau e os demais entes descentralizados (como é o caso dos EUA).

Por fim, no **federalismo assimétrico** (como o nosso), a Constituição parte da premissa de que há sérias desigualdades socioeconômicas entre os Estados-membros e exige um tratamento diferenciado na busca da igualdade entre os componentes da federação. É o modelo adotado pelo Estado brasileiro, conforme percebe-se na leitura do art. 3º, III. Já no federalismo simétrico, há divisão igualitária das competências e das receitas estatais.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III – erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades** sociais e **regionais**;



Visto o princípio federativo na sua profundidade máxima, vamos estudar o princípio republicano.

3. PRINCÍPIO REPUBLICANO

O **princípio republicano** define a **forma de governo** adotada pelo Brasil.

Encontra-se previsto no *caput* do art. 1º, que traz o nome do Estado brasileiro – **República Federativa do Brasil**.

É uma forma de governo fundada na **necessidade de eleição**, no **cumprimento de mandato** (uma vez que, na República, exige-se alternância no poder) e **no dever de prestar contas**.

Na Monarquia, por exemplo, não há eleições, o poder advém de um caráter hereditário. Uma vez alçado à Chefia do Estado, não há mandato, mas, sim, vitaliciedade; além disso, na Monarquia, não há o dever de prestar contas.

REPÚBLICA	MONARQUIA
Eletividade	Hereditariedade
Mandato	Vitaliciedade
Dever de prestar contas	Sem dever de prestar contas

Frise-se que a República **não é cláusula pétrea**, haja vista que não está prevista no art. 60, § 4º, transcrito linhas acima, mas é uma **limitação material implícita**², à luz da interpretação do art. 2º, do ADCT³.

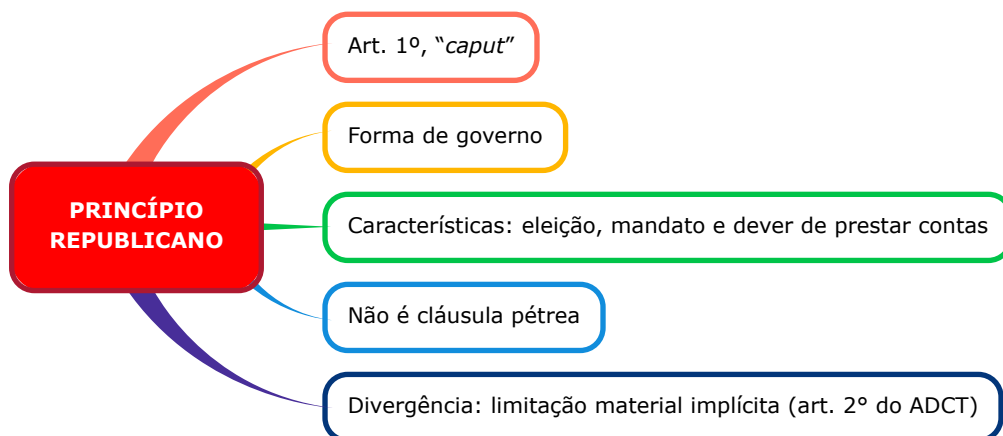
Ora, se o povo, legítimo titular do poder, escolheu a República como forma de governo por meio de plebiscito, não pode o Congresso Nacional alterar de República para Monarquia por meio de emenda à Constituição.

ATENÇÃO

Cuidado com a seguinte divergência: há autores que defendem que a República não seria propriamente uma limitação material implícita. Segundo essa corrente, poderia o Congresso Nacional convocar um novo plebiscito. Caso o povo escolhesse a Monarquia, o Congresso poderia alterar a forma de governo vigente.

Vamos trazer um **posicionamento doutrinário** sobre o significado da República:

estampado no *caput* do art. 1º da Constituição de 1988, esse princípio traduz a nossa opção por uma república constitucional, ou seja, por uma forma de governo na qual — em igualdade de condições e sem distinções de qualquer natureza — a investidura no poder e o acesso aos cargos públicos em geral — do Chefe do Estado ao mais humilde dos servidores — são franqueados a todos os indivíduos que preencham tão somente as condições de capacidade estabelecidas na própria Constituição, ou, de conformidade com ela, em normas infraconstitucionais.⁴



² Implícita porque a Constituição não estabelece expressamente, mas se pode extrair da interpretação constitucional.

³ Art. 2º do ADCT. No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País.

⁴ Inocêncio Mártires Coelho *apud* Oliveira, James Eduardo. *Constituição Federal anotada e comentada*. Editora Forense. 2013. p. 2.

4. PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O art. 1º, *caput*, declara ser a República Federativa do Brasil um **Estado Democrático de Direito**.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos:

Mas o que é um Estado Democrático? E um Estado de Direito? Vamos responder a essas indagações, começando por definir o que é um Estado de Direito, que foi criado para se opor ao ultrapassado Estado de Polícia.

O **Estado de Direito** é aquele que se submete às leis vigentes. Por sua vez, o **Estado Democrático** é aquele que respeita a soberania popular, a vontade geral da nação. Fundamenta-se na noção de **governo do povo, pelo povo e para o povo** (art. 1º, parágrafo único).

Art. 1º, Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

A **democracia**, como **regime de governo** (ou regime político), pode se dar de forma direta, indireta ou semidireta. Vejamos:

1) democracia direta: todas as decisões políticas são tomadas diretamente pelo povo;

2) democracia indireta ou representativa: todas as decisões políticas são tomadas por representantes eleitos;

3) democracia semidireta ou participativa: a maioria das decisões políticas são tomadas por representantes eleitos, mas há traços de democracia direta na Constituição Federal.

O **Brasil** adota justamente a democracia **semidireta**, como se vê da leitura do citado art. 1º, parágrafo único, segundo o qual “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de **representantes eleitos ou diretamente**, nos termos desta Constituição”.

Os traços de democracia direta, a título de exemplo, são: plebiscito, referendo, iniciativa popular de leis, ação popular, tribunal do júri, audiência pública, orçamento participativo.

DIRETO DO CONCURSO 

004. Entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil inclui-se o princípio democrático, que se refere ao exercício direto e indireto do poder pelo povo.



De acordo com o que falamos.

Certo.

005. O estabelecimento pela CF de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos, evidencia a adoção da democracia semidireta ou participativa.

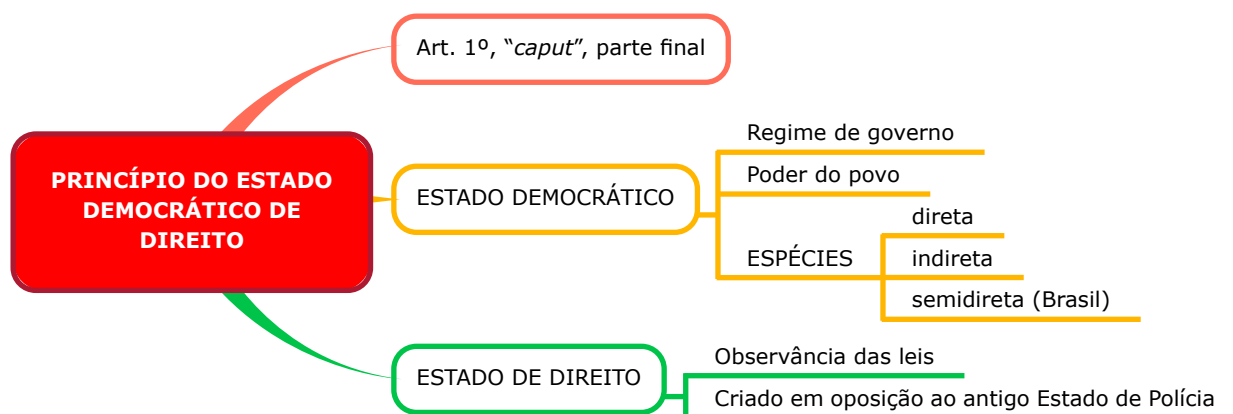


Exatamente isso.

Certo.

Vamos à **doutrina**:

o Estado Democrático de Direito é, antes de tudo, um Estado de Direito, onde, portanto, não se vive sob a regência do “direito livre” ou “alternativo”, **mas da lei** emanada do órgão credenciado para instituir a ordem jurídica infraconstitucional. A Constituição é a lei suprema, mas as leis ordinárias são a maneira prática e efetiva de interpretar e traduzir a vontade fundamental, direcionando-a para a grande e pacífica convivência do cotidiano. Em princípio, pois, o que se deve presumir é que as leis comuns são legítimos mecanismos de detalhamento concreto da vontade organizadora geral da Constituição.⁵



5. PRINCÍPIO DA SOBERANIA POPULAR

Como vimos, o Estado Democrático é aquele que respeita a soberania popular. Mas o que é soberania popular? **Soberania popular** significa que o poder pertence ao povo.

O parágrafo único do art. 1º revela a adoção da **soberania popular** ao prever que: “todo o **poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. A parte final deste comando (“... que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”) mostra-nos justamente a adoção de uma democracia semidireta. Percebeu?

⁵ Humberto Theodoro Júnior *apud* Oliveira, James Eduardo. *Constituição Federal anotada e comentada*. Editora Forense. 2013. p. 2.

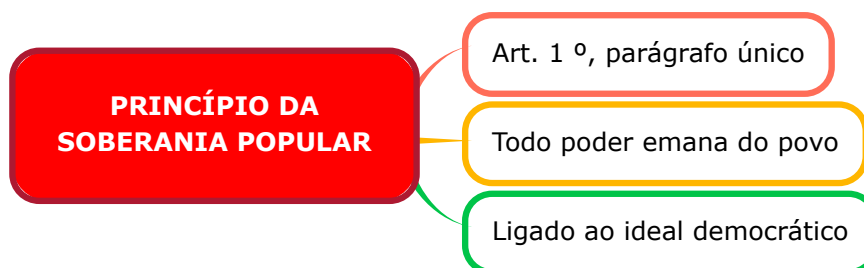
DIRETO DO CONCURSO

006. Apesar de a CF estabelecer que todo o poder emana do povo, não há previsão, no texto constitucional, de seu exercício diretamente pelo povo, mas por meio de representantes eleitos.



A Constituição Federal prevê diversas situações em que o poder será exercido diretamente pelo povo, como plebiscito, referendo, iniciativa popular de leis, ação popular, tribunal do júri, audiência pública, orçamento participativo.

Errado.



6. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES

Meu(minha) aluno(a), **muuuito cuidado** com o princípio da separação dos Poderes. Despenca em concurso público!

DICA DO LD

Apesar de comumente a doutrina se referir à “separação dos poderes”, a rigor, o poder é uno, o que se tem, na verdade, é uma tripartição de funções. Todavia, como é muito usual o termo “separação dos poderes”, não há nenhum óbice para a sua utilização.

O art. 2º da nossa atual Constituição Federal adota o princípio da separação dos Poderes. Vejamos:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

DIRETO DO CONCURSO

007. Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 73/2013, são considerados Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Tribunal de Contas.



São considerados Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, apenas o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Errado.

Esse princípio é tão importante para o Estado brasileiro que a Constituição Federal o protegeu como cláusula pétrea no art. 60, § 4º, III (já transcrito).

Essa separação dos Poderes já havia sido estudada por Aristóteles, em sua obra “Política”, por meio da qual vislumbrava a existência de três funções estatais distintas exercidas pelo Poder soberano (funções legislativa, executiva e judiciária). No entanto, Aristóteles previu a concentração do exercício das funções estatais nas mãos de uma única autoridade, que possuía o Poder absoluto.

Já Montesquieu, em “Do Espírito das Leis”, afirmou que as funções legislativa, executiva e judiciária deveriam ser exercidas por três órgãos estatais distintos e independentes entre si. Surge, assim, a tripartição dos Poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Montesquieu contribuiu, também, para o desenvolvimento de uma doutrina muito lembrada nos concursos públicos chamada de “sistema de freios e contrapesos”.

O **sistema de freios e contrapesos** é um mecanismo de controles recíprocos entre os Poderes a ser exercido nos limites previstos na Constituição, com a finalidade de garantir entre eles uma convivência harmônica.

A **Constituição Brasileira adotou o sistema de freios e contrapesos** (também chamado de *checks and balances*). Vejamos alguns exemplos:

a) a competência do Presidente da República para nomear certos magistrados (art. 84, XVI);

Art. 84. Compete **privativamente ao Presidente da República:**

[...]

XVI – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

b) a nomeação dos Ministros do STF pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal: quem escolhe os onze Ministros que integrarão a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro? O Chefe do Poder Executivo federal. É o Poder Executivo, controlando o Poder Judiciário. E esse nome escolhido pelo Presidente da República só tomará posse se aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal. É o Poder Legislativo, controlando o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 122, de 2022)

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo **Presidente da República**, depois de **aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal**.

c) o processo legislativo e o controle de constitucionalidade: o Congresso Nacional, após aprovação de um projeto de lei, submete este projeto à sanção do Presidente da República, que, discordando, poderá vetá-lo. O Presidente da República, ao vetar um projeto de lei, está controlando a atividade do Poder Legislativo. Após vetar, o Presidente deve encaminhar as razões do veto ao Congresso Nacional, que poderá derrubar o veto, e transformar o projeto de lei, agora, em lei. Caso o Congresso Nacional rejeite o veto do Presidente da República, estará controlando o Poder Executivo. Esta lei já em vigor poderá ser declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário, que, nesse caso, estará controlando os Poderes Legislativo e Executivo. É um exemplo marcante da adoção do sistema de freios e contrapesos pela nossa atual Constituição Federal.

DIRETO DO CONCURSO

008. O princípio da separação de Poderes assegurado pela Constituição brasileira tem como cláusula parâmetro a independência entre os Poderes, que significa, inclusive na sua interpretação e aplicação, que os Poderes não sofrem qualquer tipo de controle uns pelos outros.



Há sim controle de um Poder pelo outro, por meio da adoção do sistema de freios e contrapesos.

Errado.

009. A separação dos Poderes no Brasil adota o sistema de freios e contrapesos, segundo o qual a separação das funções estatais é rígida, não se admitindo interferências ou controles recíprocos.



Na verdade, a adoção do sistema de freios e contrapesos admite controles recíprocos entre os Poderes, a serem exercidos nos limites previstos na Constituição Federal, com a finalidade de garantir entre eles uma convivência harmônica.

Errado.

010. O mecanismo denominado sistema de freios e contrapesos é aplicado, por exemplo, no caso da nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuição do presidente da República e dependente da aprovação pelo Senado Federal.



Exatamente isso!

Certo.

011. A independência entre os poderes é limitada, haja vista que a CF prevê a interferência legítima de um poder sobre o outro, nos limites estabelecidos constitucionalmente.



É a aplicação do sistema de freios e contrapesos.

Certo.

Por fim, é importante destacar que a visão moderna da separação dos Poderes **não impede** que cada Poder da República (Legislativo, Executivo ou Judiciário) exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Por exemplo, o Poder **Judiciário** tem por função **típica julgar** as lides. Isso não lhe retira a possibilidade de exercer a função **atípica** de **legislar**, elaborando seus regimentos internos (art. 96, I, a), assim como a função atípica de **administrar** as pessoas e bens que integram os seus órgãos.

Art. 96. Compete privativamente:

I – aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e **elaborar seus regimentos internos**, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

DICA DO LD

Não se pode afirmar, todavia, que o Poder Judiciário exerce, de maneira atípica, a função legislativa ao editar súmulas e jurisprudências, uma vez que súmulas e jurisprudências não são normas, mas interpretações sobre normas.

Por sua vez, o Poder **Legislativo** tem por funções **típicas legislar e fiscalizar**, exercendo **atipicamente** a função de **julgar** crimes de responsabilidade, conforme o art. 52, I e II, bem como **administrar** a coisa pública sob sua gerência.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – **processar e julgar** o Presidente e o Vice-Presidente da República nos **crimes de responsabilidade**, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II – **processar e julgar** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos **crimes de responsabilidade**;

Já o Poder **Executivo**, tem por função **típica administrar**, o que não lhe retira a possibilidade de **julgar** processos administrativos e **legislar**, elaborando medidas provisórias, leis delegadas e decretos autônomos.

DICA DO LD

Tem uma corrente minoritária que defende a **impossibilidade** de o Poder Executivo julgar, amparada na falta de definitividade do julgamento administrativo. Pense no seguinte exemplo: um servidor é demitido após julgamento administrativo realizado em sede de um processo administrativo disciplinar (PAD). Esse julgamento é definitivo? Não. Pode o servidor demitido buscar a tutela jurisdicional para anular o PAD e ser reintegrado ao cargo de origem. Percebeu a falta de definitividade do julgado administrativo? Muito embora esta corrente se baseie em fundamentos sólidos, volto a dizer, **trata-se de uma corrente minoritária**. A corrente majoritária afirma que o Poder Executivo exerce, sim, a função atípica de julgar. Certo?

	TÍPICAS	ATÍPICAS
LEGISLATIVO	legislar e fiscalizar	julgar e administrar
EXECUTIVO	administrar	julgar e legislar
JUDICIÁRIO	julgar	legislar e administrar

Por tudo isso, é possível concluir que uma determinada função estatal típica poderá ser exercida atipicamente por outro Poder, sem, contudo, violar a separação dos Poderes.

DICA DO LD

As funções típicas são, em regra, indelegáveis. Porém, a própria Constituição Federal poderá, excepcionalmente, estabelecer esta delegação, como ocorre, por exemplo, nas leis delegadas. **Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.**

DIRETO DO CONCURSO

012. A função típica do Poder Legislativo é legislar, do Poder Executivo, administrar e do Poder Judiciário, exercer a jurisdição. Contudo, cada um dos poderes exerce, em pequena proporção, função que seria originariamente de outro. Isso ocorre para assegurar-se a própria autonomia institucional de cada poder e para que um poder exerça, em última instância, um controle sobre o outro, evitando-se o arbítrio e o desmando.



De acordo com o que estudamos.

Certo.

013. Decorre do princípio constitucional fundamental da independência e harmonia entre os poderes a impossibilidade de que um poder exerça função típica de outro, não podendo, por exemplo, o Poder Judiciário exercer a função administrativa.



É plenamente possível que um poder exerça função típica de outro, podendo, por exemplo, o Poder Judiciário exercer a função administrativa.

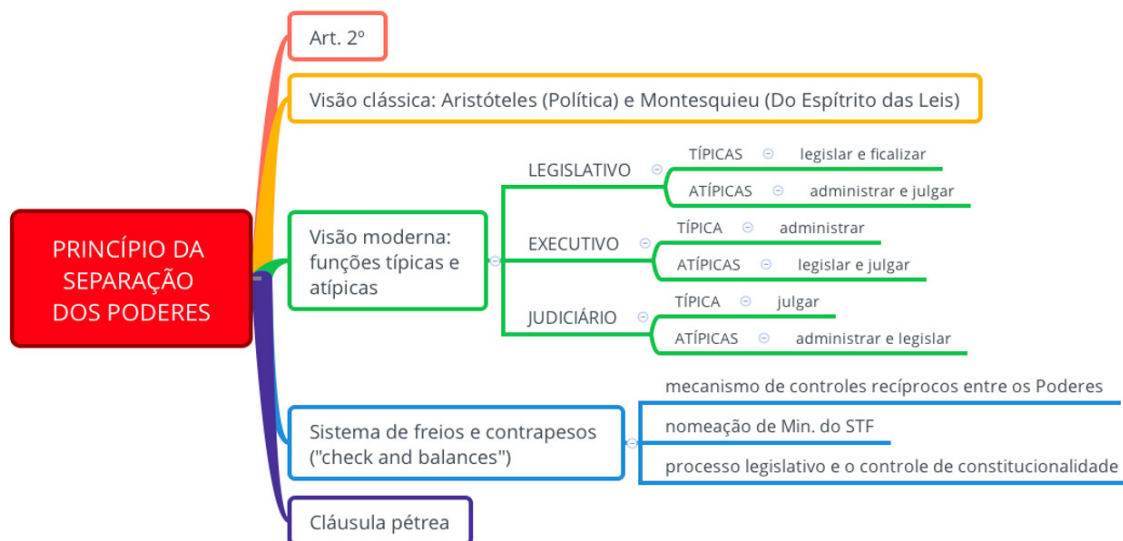
Errado.

014. Embora a independência dos poderes seja limitada, a CF não admite que o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário exerçam competência típica do Poder Executivo.



A CF/1988 admite que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário exerçam competência típica do Poder Executivo (administrar).

Errado.



7. FUNDAMENTOS DO ESTADO BRASILEIRO

Querido(a) aluno(a), no que diz respeito aos **fundamentos** previstos no art. 1º, devemos, além de memorizá-los, compreender o seu conteúdo. Vamos lá!

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

A **soberania** pode ser observada por duas óticas (interna e externa). Sob a **ótica interna**, soberania é o **poder** de impor, dentro do território nacional, a ordem jurídica existente (o conjunto de normas). Já sob a **ótica externa** (internacional), soberania é o **dever** de observância da igualdade entre os Estados. Nas relações internacionais, vigora uma verdadeira anarquia, de tal sorte que não há um poder supremo que conduza as relações entre Estados soberanos. Todos os Estados são igualmente soberanos, estando em “pé de igualdade” na órbita internacional.

Já a **cidadania** pode assumir dois sentidos diferentes. No **sentido amplo**, cidadania significa que a pessoa é detentora de **todos os direitos e garantias fundamentais** presentes na Constituição Federal. Ao passo que, no **sentido estrito**, cidadania refere-se apenas aos **direitos políticos**. Quando, por exemplo, o art. 5º, inc. LXXIII, atribui ao “cidadão” a legitimidade ativa para a propositura da ação popular, está se referindo à pessoa física brasileira no pleno gozo dos direitos políticos.

A **dignidade da pessoa humana**, por sua vez, assegura a todos uma vida digna, provocando uma releitura do direito à vida. A vida não é só o direito à permanência da vida, mas também é o direito a uma existência digna. Nesse passo, é dever do Estado brasileiro assegurar a todos o mínimo existencial, que estudaremos ao tratar dos direitos sociais.

No que tange aos **valores sociais do trabalho e da livre iniciativa**, só precisamos saber que esse fundamento nos mostra a opção pelo modelo de economia capitalista, com o devido respeito ao valor do trabalho. É uma verdadeira compatibilização entre o capital e o trabalho.

Por fim, o **pluralismo político** consagra um modelo de Estado plural, como decorrência da democracia como regime de governo. Na democracia, temos o dever de respeitar todas as opções políticas, ou seja, é da natureza do ambiente democrático a pluralidade de ideias.

DICA DO LD

Muito cuidado: não podemos confundir pluralismo político com pluripartidarismo. O pluripartidarismo (existência de vários partidos políticos) é apenas uma decorrência do pluralismo político. O pluralismo político, por sua vez, é muito maior do que o pluripartidarismo. Podemos resumir o pluralismo político em uma pluralidade de formas de pensar, um pluralismo de ideias imerso em um ambiente plural.

Para facilitar a memorização, vamos ao quadro a seguir:

SO	berania	Ótica interna: é o <u>poder</u> de impor no território brasileiro a ordem jurídica. Ótica externa: <u>dever</u> de observância da igualdade entre os Estados soberanos.
CI	dadania	Sentido amplo: considera o brasileiro como titular de todos os <u>direitos fundamentais</u> . Sentido estrito: considera o brasileiro como titular de <u>direitos políticos, apenas</u> .
DI	gnidade da pessoa humana	Garante a todos uma existência digna.
VAL	ores sociais do trabalho e da livre iniciativa	Opção pelo modelo de economia capitalista, mas com respeito ao valor do trabalho. É uma verdadeira compatibilização entre o capital e o trabalho.
PLU	ralismo político	Pluralismo de ideias (o pluripartidarismo é APENAS uma decorrência do pluralismo político).

DICA DO LD

Processo mnemônico: SO CI DI VAL PLU

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

Como decorrência da dignidade da pessoa humana, foi editada pelo STF a Súmula Vinculante n. 11: só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

DICA DO LD

Pode-se identificar uma **corrente minoritária** que entende que a referência da soberania como fundamento da República Federativa do Brasil diz respeito à soberania popular (todo o poder emana do povo) citada no parágrafo único do art. 1º. No entanto, a **doutrina majoritária**, como José Afonso da Silva, Alexandre de Moraes, Dirley da Cunha Júnior e Uadi Lammêgo Bulos, defende que a soberania tratada no art. 1º, I, significa o **poder político supremo e independente**, que não se submete a nenhum outro poder (conforme ensinamos).

DIRETO DO CONCURSO

015. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.



Está no art. 1º, IV, da CF/1988.

Certo.

016. A dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como a construção de sociedade livre, justa e solidária, figuram entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.



Construção de sociedade livre, justa e solidária é um objetivo da República Federativa do Brasil, presente no art. 3º, da CF/1988.

Errado.

017. A garantia do desenvolvimento nacional consiste em fundamento da República Federativa do Brasil.



A garantia do desenvolvimento nacional consiste em objetivo da República Federativa do Brasil, e não em fundamento.

Errado.

018. São fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil, entre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.



Está no art. 1º, IV, da CF/1988.

Certo.

019. De acordo com a CF, são fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é um objetivo da República Federativa do Brasil.

Errado.

020. O pluralismo político que fundamenta a República Federativa do Brasil é conceito relacionado exclusivamente ao pluralismo partidário.



Questão muito importante. Como vimos, o pluralismo político é um conceito muito maior do que o pluralismo partidário. Traduz-se em um pluralismo de ideias, como decorrência do ambiente democrático plural. O pluripartidarismo é apenas uma decorrência do pluralismo político.

Errado.

021. Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito.



De acordo com a Súmula Vinculante 11.

Certo.

022. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.



Estão no art. 1º, da CF/1988. Perceba como as questões se repetem!!!

Certo.

8. OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO BRASILEIRO

Querido(a) aluno(a), não tem para onde fugir, precisamos memorizar o art. 3º! Então, vamos lá:

Art. 3º Constituem **objetivos** fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para facilitar nossa vida, vamos ao quadro a seguir.

CO	nstruir uma sociedade livre, justa e solidária.
GA	rantir o desenvolvimento nacional.
ER	radicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
PRO	mover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

DICA DO LD

Processo mnemônico: CO GA ER PRO

DIRETO DO CONCURSO

023. Promover o bem de todos, erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil expressos no texto da Constituição Federal de 1988.



Todos estão presentes no art. 3º, da CF/1988.

Certo.

024. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.



Não se encontra no art. 3º, da CF/1988. Na verdade, trata-se de um direito social presente no art. 7º, XXXIV, da CF/1988.

Errado.

025. A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê expressamente a prevalência dos direitos humanos como sendo um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.



É um princípio na ordem internacional do art. 4º, da CF/1988.

Errado.

026. Ao implementar ações que visem reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o desenvolvimento nacional, os governos põem em prática objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.



É o que está previsto no **art. 3º**, incisos II e III, da CF/1988.

Certo.

9. PRINCÍPIOS REGENTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para terminar, vamos memorizar o art. 4º, inclusive o seu parágrafo único! Combinado? Reconheço que não é tarefa fácil decorar o art. 4º, mas é fundamental para o seu êxito. Venha comigo!

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas **relações internacionais pelos seguintes princípios:**

I – independência nacional;

- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Para facilitar, apresento-lhe o PANIICO SOCO REDE. Muitos candidatos, ao se depararem com o art. 4º, entram em “pânico”. Portanto, PANIICO SOCO REDE. Vamos nessa:

P	revalência dos direitos humanos.
A	utodeterminação dos povos.
N	ão intervenção.
I	ndependência nacional.
I	gualdade entre os Estados.
CO	operação entre os povos para o progresso da humanidade.
SO	lução pacífica dos conflitos.
CO	ncessão de asilo político.
RE	púdio ao terrorismo e ao racismo.
DE	fesa da paz.
§ ÚNICO	A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina , visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DICA DO LD

A integração citada no parágrafo único do artigo 4º diz respeito à América Latina. Não é aula de geografia. Portanto, apenas lembre que a determinação constitucional de integração é apenas com os povos da **América Latina**.

DIRETO DO CONCURSO

027. Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, entre outros princípios, pelo da igualdade entre os estados, da não intervenção e da vedação à concessão de asilo político.



Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, entre outros princípios, pelo da igualdade entre os estados, da não intervenção e da **CONCESSÃO** de asilo político.

Errado.

028. A República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais de acordo com o princípio da não intervenção.



Art. 4º, inciso IV, da CF/1988.

Certo.

029. Um dos preceitos constitucionais estabelece que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos das Américas do Sul, Central e do Norte, visando à formação de uma comunidade de nações americanas.



Essa é uma pegadinha clássica. À luz do parágrafo único do art. 4º, da CF/1988, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da **AMÉRICA LATINA**, visando à formação de uma comunidade **LATINO-AMERICANA** de nações.

Errado.

030. Segundo a CF, a República Federativa do Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



É exatamente o que prevê o **art. 4º**, parágrafo único, da CF/1988.

Certo.

031. Constituem princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, entre outros, a prevalência dos direitos humanos, da garantia do desenvolvimento nacional e da autodeterminação dos povos.



A garantia do desenvolvimento nacional é um objetivo presente no art. 3º, da CF/1988.

Errado.

032. A independência nacional, a defesa da paz e a concessão de asilo político são princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.



Estão presentes no **art. 4º**, incisos I, VI e X, da CF/1988.

Certo.

033. A Constituição Federal de 1988 (CF) não prevê expressamente o princípio da concessão de asilo político, entre outros.



Prevê no art. 4º, inciso X, da CF/1988.

Errado.

034. A CF propugna, de forma específica, a integração econômica, política, social e cultural do Brasil com os povos da América Latina.



É o que está consignado no **art. 4º**, parágrafo único, da CF/1988.

Certo.

035. No que se refere às relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da igualdade entre os Estados, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da concessão de asilo político, entre outros.



Todos estão no art. 4º, da CF/1988. Percebeu a importância de memorizá-lo?

Certo.

036. São princípios da República Federativa do Brasil, dentre outros, a defesa da paz, da igualdade entre estados e da prevalência dos direitos humanos.



Estão presentes no **art. 4º**, incisos II, V e VI, da CF/1988.

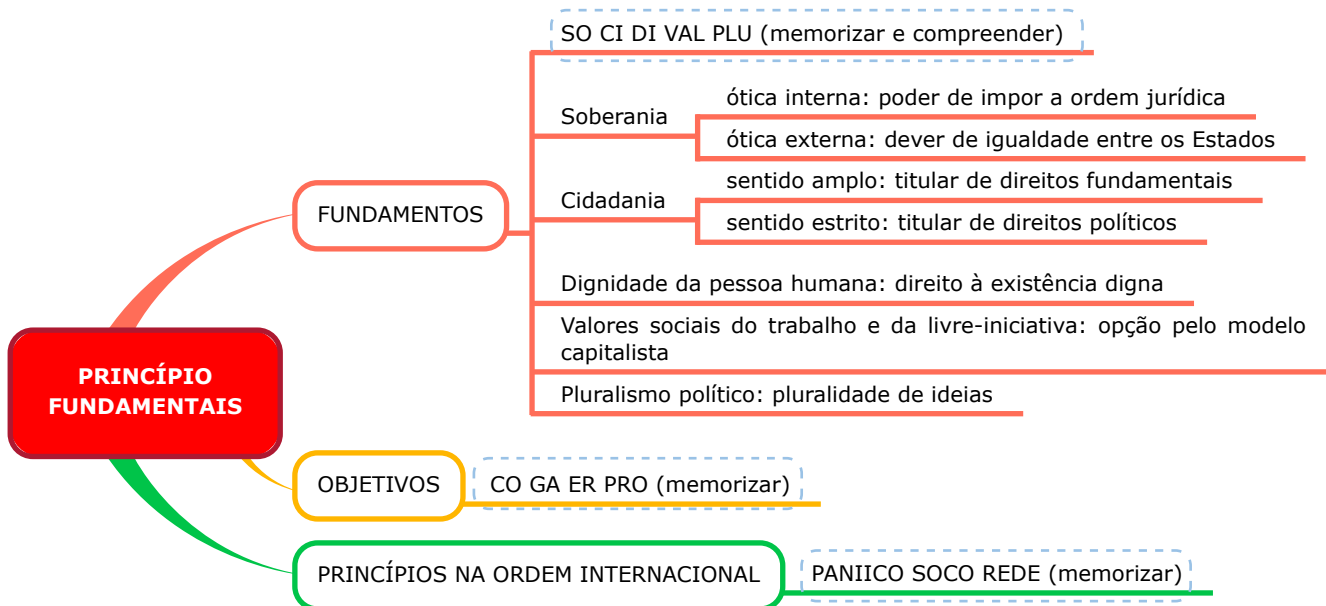
Certo.

037. A defesa da paz e a solução pacífica de conflitos são fundamentos da República Federativa do Brasil.



São princípios na ordem internacional presentes no art. 4º, da CF/1988.

Errado.



Para fechar, vamos a um mapa mental que sintetiza toda a nossa aula.



10. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS

1) ADI 5.394 (transparência nas doações partidárias): definiu o STF que é inconstitucional qualquer prática que impeça a identificação dos doadores originários de recursos destinados a partidos políticos ou campanhas eleitorais. Segundo a Corte, a transparência é condição essencial da forma republicana de governo, que exige responsabilidade e publicidade no trato da coisa pública. O financiamento político-eleitoral integra o funcionamento do regime democrático e, portanto, deve se dar sob luz pública, sem subterfúgios que ocultem a origem dos recursos. A prestação de contas eficaz pela Justiça Eleitoral depende da plena rastreabilidade das doações.

[ADI 5.394, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 22-3-2018, P, DJE de 18-2-2019]

2) HC 98.237 (controle jurisdicional da atividade persecutória do Estado): o habeas corpus questionava a instauração de investigação criminal sem base jurídica e sem elementos fáticos mínimos que justificassem a persecução penal. O Supremo Tribunal Federal reafirmou que o Estado não possui poder ilimitado de investigar ou acusar, devendo sempre atuar dentro dos limites da Constituição e da legalidade. O controle jurisdicional não se limita ao julgamento da ação penal, mas pode alcançar a fase investigatória, impedindo que o Estado aja de forma abusiva ou arbitrária. O Judiciário tem o dever de impedir investigações infundadas ou denúncias sem justa causa, que ferem os direitos fundamentais do cidadão. O exercício do *jus puniendi* (poder de punir do Estado) deve respeitar as garantias constitucionais e estar sempre fundado em elementos concretos e legítimos.

[HC 98.237, rel. min. Celso de Mello, j. 15-12-2009, 2ª T, DJE de 6-8-2010]

3) Rcl 11.243 (soberania nacional e extradição): a Reclamação questionava o ato do Presidente da República que deixou de entregar um extraditando (ou seja, recusou a extradição) mesmo após o STF ter autorizado a entrega, no caso Cesare Battisti, cidadão italiano condenado em seu país. A discussão girou em torno da competência do STF e da soberania do Brasil na decisão final sobre a entrega do extraditando. A soberania nacional, fundamento do Estado brasileiro (art. 1º, I, CF/88), compreende o poder político supremo dentro do território nacional e, no plano internacional, se manifesta pela independência nacional (art. 4º, I, CF/88), exercida pelo Presidente da República, nos termos do art. 84, VII e VIII, da Constituição. Assim, no campo da extradição, o ato de entrega do extraditando é competência exclusiva e indeclinável do Presidente da República. O STF autoriza a extradição (função jurisdicional), mas não pode obrigar o Presidente a efetivá-la (ato político e soberano).

[Rcl 11.243, rel. p/ o ac. min. Luiz Fux, j. 8-6-2011, P, DJE de 5-10-2011]

4) HC 72.391 (uso obrigatório da língua portuguesa nos atos processuais): O habeas corpus discutia a validade de ato processual redigido em língua estrangeira (sem tradução oficial). O STF foi chamado a definir se seria possível a utilização de idioma diverso do português em um processo penal — e concluiu que não. A imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais, além de corresponder a uma exigência que decorre de razões vinculadas à própria soberania nacional, constitui projeção concretizadora da norma inscrita no art. 13, caput, da Constituição Federal, que proclama ser a língua portuguesa o idioma oficial da República Federativa do Brasil. [HC 72.391 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 8-3-1995, P, DJE de 17-3-1995].

5) HC 73.454 (ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal - nem judicial): habeas corpus foi impetrado contra ato judicial tido como manifestamente ilegal. O STF reafirmou que a legalidade é o limite intransponível de toda autoridade estatal, inclusive das decisões judiciais. Assim, ninguém está obrigado a cumprir ordem ilegal, ainda que provenha de autoridade pública, inclusive juiz. Ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal, ou a ela se submeter, ainda que emanada de autoridade judicial. Mais: é dever de cidadania opor-se à ordem ilegal; caso contrário, nega-se o Estado de Direito. [HC 73.454, rel. min. Maurício Corrêa, j. 22-4-1996, 2ª T, DJ de 7-6-1996].

6) Súmula Vinculante 11: só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

7) Súmula Vinculante 56: a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

8) ADPF 395 e ADPF 444 (inconstitucionalidade da condução coercitiva para interrogatório): essas ações foram propostas em meio a operações policiais de grande repercussão (como a Lava Jato), em que investigados eram conduzidos coercitivamente para prestar depoimento — mesmo sem terem sido previamente intimados ou sem obrigação legal de comparecimento. O STF foi provocado a examinar se tal prática seria compatível com a Constituição Federal de 1988, especialmente à luz dos direitos e garantias fundamentais do acusado. Segundo a Corte, **é incompatível**

com a Constituição Federal a condução coercitiva de investigados ou réus para interrogatório, tendo em vista que o imputado não é legalmente obrigado a participar do ato. Declara-se a não recepção da expressão 'para o interrogatório' constante do art. 260 do CPP. A dignidade da pessoa humana e a presunção de inocência impedem que o investigado seja tratado como culpado antecipadamente.

[ADPF 395 e ADPF 444, rel. min. Gilmar Mendes, j. 14-6-2018, P, DJE de 22-5-2019]

9) ADI 3.510 (pesquisa científica com células-tronco embrionárias e o princípio da dignidade humana): a ação direta de inconstitucionalidade foi ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra dispositivos da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança), que autorizavam o uso de embriões humanos para pesquisa e terapia, desde que inviáveis biologicamente ou congelados há mais de três anos, com consentimento dos genitores. O PGR sustentava que a norma violaria o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, ao permitir o uso e descarte de embriões humanos. O STF, no entanto, julgou improcedente a ADI, reconhecendo a constitucionalidade da lei. Conforme definiu a Corte, **a pesquisa científica com células-tronco embrionárias é compatível com a Constituição Federal**, por representar a afirmação da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social e do direito à saúde, sem ofensa ao direito à vida.

[ADI 3.510, rel. min. Ayres Britto, j. 29-5-2008, P, DJE de 28-5-2010]

10) RE 670.422 (direito do transgênero à alteração de prenome e gênero no registro civil): o recurso extraordinário foi interposto por uma pessoa transgênero, que pleiteava o direito de alterar seu nome e o marcador de gênero no registro civil, sem a exigência de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial. O tema chegou ao STF sob repercussão geral reconhecida (Tema 761), e a Corte fixou tese vinculante sobre o alcance dos direitos fundamentais envolvidos. Tese firmada pelo STF: "o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual, de tratamento hormonal ou da apresentação de laudos médicos ou psicológicos, bastando a manifestação de vontade do indivíduo, que pode exercê-la pela via judicial ou administrativa."

[RE 670.422, rel. min. Dias Toffoli, j. 15-8-2018, P, Informativo 911, RG, tema 761]

11) RE 580.252 (responsabilidade civil do Estado por condições desumanas de encarceramento): o caso tratava de um detento que sofreu danos morais em razão das condições degradantes do presídio em que se encontrava (superlotação, falta de higiene e de atendimento médico). O STF analisou se o Estado teria responsabilidade

civil objetiva pelos danos decorrentes da violação da integridade física e moral dos presos. Restou consignado que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico. O Estado responde, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, pelos danos — inclusive morais — comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

[RE 580.252, rel. p/ o ac. min. Gilmar Mendes, j. 16-2-2017, P, DJE de 11-9-2017, Tema 365]

12) ARE 639.337 (reserva do possível x mínimo existencial): o processo discutia a obrigação do Estado de fornecer prestações materiais essenciais (políticas públicas de natureza social, como saúde, educação e assistência). O Poder Público alegava falta de recursos financeiros (a chamada “reserva do possível”) para cumprir integralmente essas obrigações. O STF foi chamado a definir até onde vai o argumento da reserva do possível e onde começa a obrigação mínima do Estado de garantir uma existência digna. Conforme o STF, **a cláusula da reserva do possível não pode ser invocada pelo Poder Público para frustrar a efetivação de políticas públicas constitucionais**. Essa cláusula encontra limitação intransponível na garantia do mínimo existencial, que é emanção direta do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF). [ARE 639.337 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 23-8-2011, 2ª T, DJE de 15-9-2011]

13) RE 477.554 / ADI 4.277 / ADPF 132 (reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar): essas ações trataram do reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo. A ADPF 132 (ajuizada pelo Governador do RJ) e a ADI 4.277 (ajuizada pela Procuradoria-Geral da República) buscavam estender a proteção constitucional da família (art. 226, § 3º) às uniões homoafetivas, equiparando-as à união estável entre homem e mulher. O RE 477.554 envolvia um caso concreto de pensão por morte negada a um parceiro homossexual. O STF, em decisão histórica e unânime (2011), reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, com os mesmos efeitos jurídicos da união estável heteroafetiva. De acordo com o STF, as uniões estáveis homoafetivas são reconhecidas como entidades familiares, às quais se aplicam as mesmas regras e consequências jurídicas da união estável entre homem e mulher (art. 226, § 3º, CF/88). Tal reconhecimento decorre dos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade, do pluralismo, da intimidade, da não discriminação e da busca da felicidade.

[RE 477.554 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 16-8-2011, 2ª T, DJE de 26-8-2011.] Vide ADI 4.277 e ADPF 132, rel. min. Ayres Britto, j. 5-5-2011, P, DJE de 14-10-2011

14) HC 85.237 (dignidade da pessoa humana e excesso de prisão cautelar): o habeas corpus foi impetrado em favor de um réu preso cautelarmente por tempo excessivo, sem que houvesse condenação definitiva. O STF reconheceu que a duração abusiva e irrazoável da prisão preventiva afronta o Estado Democrático de Direito e viola o princípio da dignidade da pessoa humana. Conforme o STF, a duração prolongada, abusiva e irrazoável da prisão cautelar de alguém ofende, de modo frontal, o postulado da dignidade da pessoa humana, que representa — considerada a centralidade desse princípio (CF, art. 1º, III) — um valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente no país.

[HC 85.237, rel. min. Celso de Mello, j. 17-3-2005, P, DJ de 29-4-2005]

15) HC 84.409 (dignidade da pessoa humana e vedação de denúncias genéricas): no habeas corpus, questionava-se o recebimento de denúncia genérica, isto é, uma acusação sem individualização precisa da conduta de cada acusado. O STF reafirmou que o Estado de Direito e o princípio da dignidade da pessoa humana exigem prudência e rigor na formulação e tramitação de ações penais. Denúncias vagas violam o direito de defesa, expõem indevidamente a pessoa e comprometem a presunção de inocência. Conforme a Corte, denúncias genéricas, que não descrevem os fatos na sua devida conformação, não se coadunam com os postulados básicos do Estado de Direito. Violam o princípio da dignidade da pessoa humana, pois a mera existência de uma ação penal já impõe graves danos à imagem e à liberdade do indivíduo. É dever dos órgãos acusatórios e judiciais atuar com rigor e prudência ao manejar o poder punitivo estatal. [HC 84.409, rel. p/ o ac. min. Gilmar Mendes, j. 14-12-2004, 2ª T, DJ de 19-8-2005]

16) HC 82.969 (dignidade da pessoa humana e instauração indevida de inquérito policial): O habeas corpus foi impetrado para trancar um inquérito policial instaurado sem justa causa, uma vez que o fato investigado era manifestamente atípico (não configurava crime). STF entendeu que a mera instauração de inquérito nessas condições já viola direitos fundamentais, especialmente a dignidade da pessoa humana, por sujeitar o cidadão a constrangimento e estigma social indevidos. Segundo o Supremo, a mera instauração de inquérito, quando evidente a atipicidade da conduta, constitui meio hábil a impor violação aos direitos fundamentais, em especial ao princípio da dignidade da pessoa humana.

[HC 82.969, rel. min. Gilmar Mendes, j. 30-9-2003, 2ª T, DJ de 17-10-2003]

17) HC 82.424 (caso Ellwanger – racismo e liberdade de expressão): o caso envolveu o escritor Siegfried Ellwanger, condenado por publicar livros com conteúdo antissemita,

nos quais afirmava que os judeus seriam uma raça inferior e responsáveis por males sociais e econômicos. Ele alegava que suas obras se limitavam à crítica histórica e que não praticava racismo, pois, segundo ele, judeus não constituíam uma raça. Impetrou habeas corpus no STF, pedindo o trancamento da ação penal. A principal questão era saber se o antissemitismo (discriminação contra judeus) configura crime de racismo, e se o autor poderia ser punido sem violar o direito à liberdade de expressão (art. 5º, IX, CF). O STF negou o habeas corpus e fixou o entendimento de que o antissemitismo é uma forma de racismo, e, portanto, constitui crime inafiançável e imprescritível, nos termos do art. 5º, XLII, da CF/1988. O racismo deve ser entendido em sentido amplo, abrangendo qualquer discriminação ou preconceito de origem, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A pregação antissemita nega a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e a igualdade (art. 5º, caput), fundamentos do Estado Democrático de Direito. A liberdade de expressão (art. 5º, IX, CF) não é absoluta: não protege discursos que propaguem ódio, violência ou discriminação. Assim, publicar livros antissemitas é crime de racismo, não exercício legítimo da liberdade de expressão.

[HC 82.424, rel. p/ o ac. min. Maurício Corrêa, j. 17-9-2003, P, DJ de 19-3-2004]

18) RE 1.054.110 (Tema 1.020 – Uber e livre iniciativa): diversos municípios brasileiros editaram leis que proibiam ou restringiam o transporte individual de passageiros por aplicativos (como Uber e 99), sob o argumento de que a atividade concorria de modo desleal com os taxistas. O STF deveria decidir se os municípios podem proibir ou restringir o transporte privado individual por aplicativos e se isso viola a livre iniciativa, a livre concorrência e a competência da União para legislar sobre transporte. Tese fixada (Tema 1.020 da Repercussão Geral): “a proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. No exercício da competência para regulamentar e fiscalizar o transporte privado individual, Municípios e Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (art. 22, XI, CF).” Assim, Municípios e DF podem regulamentar a fiscalização e operação local, mas não podem contrariar a norma federal — ou seja, não podem proibir nem restringir de forma desproporcional. Qualquer proibição viola a livre iniciativa, a livre concorrência e o direito ao trabalho.

[RE 1.054.110, rel. min. Roberto Barroso, j. 9-5-2019, P, DJE de 6-9-2019, Tema 697]

19) Súmula 649, do STF: é inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.

20) ADI 179 (limites da auto-organização estadual e separação dos Poderes):

a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul trazia, em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), dispositivos que determinavam prazos e conteúdos para que o Governador enviasse determinados projetos de lei ao Legislativo estadual — ou seja, tentava impor obrigações legislativas ao Chefe do Executivo. A Procuradoria-Geral da República propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 179) alegando que tais dispositivos violavam a separação dos Poderes e a autonomia do Executivo. Questão jurídica controvertida: pode o Poder Legislativo estadual, por meio da Constituição do Estado, obrigar o Governador a apresentar projetos de lei em prazos e com conteúdos determinados? Tese firmada pelo STF: **é inconstitucional qualquer tentativa do Poder Legislativo de impor ao Poder Executivo a obrigação de propor leis com conteúdo e prazos pré-definidos**, ainda que tal imposição conste na Constituição estadual, pois isso viola os princípios da separação dos Poderes (art. 2º, CF) e da autonomia administrativa do Chefe do Executivo (art. 84, II, CF). A Constituição Federal garante ao Chefe do Poder Executivo iniciativa privativa em matérias específicas (art. 61, § 1º, CF) e competência para dirigir a administração pública (art. 84, II, CF). O Poder Legislativo não pode impor obrigações que tolham o campo de discricionariedade do Executivo, como fixar prazos ou obrigá-lo a apresentar determinados projetos de lei. [ADI 179, rel. min. Dias Toffoli, j. 19-2-2014, P, DJE de 28-3-2014]

21) RE 592.581 (Tema 220 – intervenção judicial e sistema prisional): o Estado alegou que o Judiciário não poderia interferir em políticas públicas, por causa da separação dos Poderes e da reserva do possível (falta de recursos). Questão jurídica controvertida: pode o Poder Judiciário determinar que a Administração Pública adote medidas concretas (obras, reformas, ações) para garantir direitos fundamentais de presos, sem violar a separação dos Poderes? Tese fixada (Tema 220 da Repercussão Geral): “é lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais. A supremacia da dignidade da pessoa humana legitima a intervenção judicial.” A separação dos Poderes (art. 2º, CF) não é um obstáculo absoluto à atuação judicial quando há violação grave e contínua de direitos fundamentais. A dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e o direito à integridade física e moral dos presos (art. 5º, XLIX, CF) prevalecem sobre a discricionariedade administrativa. A omissão estatal no sistema prisional configura violação direta à Constituição, o que autoriza intervenção judicial para assegurar o mínimo existencial. O STF reconheceu que não se trata de o Judiciário formular políticas públicas, mas sim de exigir que o Executivo cumpra seus deveres constitucionais mínimos.

[RE 592.581, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 13-8-2015, P, DJE de 1º-2-2016, Tema 220]

22) RE 669.635 (Tema 698 – intervenção judicial e separação dos Poderes): Questão jurídica: pode o Poder Judiciário determinar que a Administração Pública adote medidas concretas para garantir direitos fundamentais essenciais, sem violar o princípio da separação dos Poderes? Tese fixada (Tema 698 da Repercussão Geral): “o Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação dos Poderes (art. 2º, CF).” A separação dos Poderes não é absoluta: todos os Poderes estão subordinados à Constituição. Quando há omissão ou descumprimento de deveres constitucionais, especialmente relacionados a direitos fundamentais (vida, saúde, dignidade, educação, segurança, moradia etc.), o Judiciário pode intervir para assegurar a efetividade da Constituição. O controle judicial deve ser excepcional, proporcional e motivado, sem substituir o Executivo na formulação de políticas públicas, mas apenas para corrigir omissões inconstitucionais.

Querido(a) aluno(a), vimos **tudo** o que é importante para concurso público referente aos Princípios Fundamentais. Agora é gabaritar na sua prova!!!

Como fechamento da nossa aula, quero trazer dois lembretes: 1) o Gran Cursos Online possui um **fórum de dúvidas** para que possamos ajudá-lo(a) na plena compreensão do Direito Constitucional; 2) gostaria de **receber sua avaliação** acerca da nossa aula. Isso é muito importante para nós.

Fique com Deus, fortíssimo abraço e bons estudos.

RESUMO

- Os **Princípios Fundamentais** são **vetores axiológicos e estruturantes** do Estado brasileiro, definidos pelo **Poder Constituinte Originário** e **previstos nos artigos 1º a 4º da CF/1988**.
- Esses princípios **orientam a organização do Estado e sua atuação interna e internacional**.

Os Oito Princípios Fundamentais (Didaticamente Classificados)

1. Princípio Federativo
2. Princípio Republicano
3. Princípio do Estado Democrático de Direito
4. Princípio da Soberania Popular
5. Princípio da Separação dos Poderes
6. Fundamentos (Art. 1º)
7. Objetivos (Art. 3º)
8. Princípios na Ordem Internacional (Art. 4º)

Princípio Federativo (Forma de Estado)

- O Brasil adota a **forma federativa de Estado**, prevista no **art. 1º, caput, e art. 18, caput, da CF/1988**.
- O poder é exercido de forma **descentralizada**, com entes **autônomos**: União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- **Entes federativos possuem autonomia, mas NÃO soberania!** A soberania pertence à **República Federativa do Brasil**.
- **Vedado o direito de secessão** (separação de entes federativos).
- O federalismo brasileiro é:
 - **De 3º grau** (União, Estados e Municípios)
 - **Por segregação** (surgiu da descentralização do Estado unitário)
 - **Cooperativo** (competências compartilhadas)
 - **Assimétrico** (tratamento diferenciado para redução de desigualdades)

Princípio Republicano (Forma de Governo)

- O Brasil adota a **República** como **forma de governo (art. 1º, caput, da CF/1988)**.
- Características:
 - **Eletividade** (governantes são eleitos pelo povo)
 - **Mandato temporário** (não há vitaliciedade)
 - **Dever de prestar contas** (transparência e controle)

Princípio do Estado Democrático de Direito

- O Brasil é um **Estado Democrático de Direito** (art. 1º, *caput*, CF/1988).
- **Estado de Direito**: todos se submetem às leis.
- **Estado Democrático**: o poder emana do povo.
- Espécies de democracia:
 - **Direta**: decisões políticas tomadas pelo povo (plebiscito, referendo, iniciativa popular).
 - **Indireta**: decisões tomadas por representantes eleitos.
 - **Semidireta**: Mistura das duas formas (modelo brasileiro).
- **O Brasil adota a democracia semidireta (ou participativa)** (art. 1º, parágrafo único, CF/1988)

Princípio da Soberania Popular

- O poder **pertence ao povo** (art. 1º, parágrafo único, CF/1988).
- Exercido **diretamente** (plebiscito, referendo, iniciativa popular, ação popular) ou **indiretamente** (por representantes eleitos).

Princípio da Separação dos Poderes

- **Art. 2º da CF/1988**: O Brasil adota a separação dos Poderes, sendo **Legislativo, Executivo e Judiciário independentes e harmônicos entre si**.
- **Montesquieu (Do Espírito das Leis)**: desenvolveu a teoria da separação dos Poderes com o **sistema de freios e contrapesos** (*checks and balances*).
- **Cada Poder tem funções típicas e atípicas**:
 - **Legislativo**: legislar e fiscalizar (típica), julgar e administrar (atípica).
 - **Executivo**: administrar (típica) e legislar e julgar (atípica).
 - **Judiciário**: julgar (típica) e administrar e legislar (atípica).

Fundamentos do Estado Brasileiro (Art. 1º)

- **Mnemônico: SO CI DI VAL PLU**
 - **Soberania**: independência nacional e supremacia do Estado.
 - **Cidadania**: pleno exercício dos direitos políticos e fundamentais.
 - **Dignidade da Pessoa Humana**: direito a uma vida digna.
 - **Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa**: modelo capitalista com valorização do trabalho.
 - **Pluralismo político**: diversidade de ideias e opiniões (não confundir com pluripartidarismo!).

Objetivos Fundamentais do Estado Brasileiro (Art. 3º)

- **Mnemônico: CO GA ER PRO**
 - **CO**nstruir uma sociedade livre, justa e solidária.

- **GA**rantir o desenvolvimento nacional.
- **ER**radicar a pobreza e reduzir desigualdades sociais e regionais.
- **PRO**mover o bem de todos, sem preconceitos.

Princípios na Ordem Internacional (Art. 4º)**• Mnemônico: PANIICO SOCO REDE**

- **P**revalência dos direitos humanos.
- **A**utodeterminação dos povos.
- **N**ão intervenção.
- **I**ndependência nacional.
- **I**gualdade entre os Estados.
- **CO**operação entre os povos.
- **SO**lução pacífica dos conflitos.
- **CO**ncessão de asilo político.
- **RE**púdio ao terrorismo e ao racismo.
- **DE**fesa da paz.
- **§ Único:** O Brasil buscará integração com a **América Latina**.

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE MINAS GERAIS/ADVOGADO) O Art. 1º da Constituição de 1988 declara que a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito. O Estado de Direito pode ser identificado, dentre outros, pelos seguintes fundamentos:

- a) Dignidade da pessoa humana, cidadania e garantia dos direitos sociais.
- b) Igualdade jurídica, concentração de poder e controle de constitucionalidade das leis.
- c) Supremacia da legalidade, sistema horizontal de normas jurídicas e separação de poderes.
- d) Legalidade ampla e administrativa, separação de poderes e estabelecimento dos direitos e garantias fundamentais.

002. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Segundo o art. 3º da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) a prevalência dos direitos humanos.
- b) a dignidade da pessoa humana.
- c) a independência nacional.
- d) a garantia do desenvolvimento nacional.

003. (2023/Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo/Procurador) “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – soberania; II – cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”. Artigo 1º, caput, da Constituição Federal de 1988. Assim,

- a) cidadania constitui o liame jurídico entre o indivíduo e o Estado, fundamentado no princípio democrático.
- b) o princípio federativo designa um modo de exercício do poder político baseado na pluralidade de Estados e Municípios existentes em um dado território.
- c) é característica da Federação Brasileira o direito de secessão, à vista da autonomia constitucionalmente conferida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (art. 18, CF/1988).
- d) uma das características do governo republicano é a sua base democrática, embora não se possa afirmar que os seus fundamentos sejam os mesmos do Estado Democrático, porque este não constitui um regime mas uma forma de governo.

e) os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte se desenvolveram ao longo de 20 meses, durante os anos de 1987 e 1988, ao fim dos quais, com a promulgação da Constituição, encerrou-se a fase que se entende por República Nova.

004. (2023/PREFEITURA DE JAGUARIAÍVA/ADVOGADO) Os fundamentos da República Federativa do Brasil são os pilares do ordenamento jurídico. Corresponde a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:

- a) A prevalência dos direitos humanos.
- b) A autodeterminação dos povos.
- c) A erradicação da pobreza.
- d) O pluralismo político.

005. (2023/PREFEITURA DE QUATRO PONTES – PR/PROCURADOR JURÍDICO) A Constituição Federal Brasileira vigente estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Nesse sentido, é CORRETO afirmar ser um dos princípios da República Federativa do Brasil que regem suas relações internacionais.

- a) Constituir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Solução pacífica dos conflitos.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

006. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Em relação ao preâmbulo da CF e aos princípios fundamentais nela estabelecidos, assinale a opção correta.

- a) O preâmbulo da CF tem natureza normativa semelhante à do seu corpo principal e, consequentemente, pode ser utilizado como paradigma para o controle de constitucionalidade.
- b) O Brasil adota a república como sistema de governo, caracterizada pelo caráter eletivo, representativo e transitório dos detentores do poder político e pela responsabilidade dos governantes.
- c) O preâmbulo da CF é norma de repetição obrigatória para todos os estados da Federação.
- d) A dignidade da pessoa humana constitui princípio das relações internacionais.
- e) Em prol da formação de uma comunidade latino-americana de nações, a República Federativa do Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

007. (2023/CÂMARA DE GUAMIRANGA – PR/ADVOGADO) Adentrando no Direito Constitucional, com base no artigo 1º da nossa Carta Maior, assinale a alternativa a qual não se trata de um princípio fundamental elencado em tal artigo:

- a) Dignidade da pessoa humana.
- b) Cidadania.
- c) Legalidade.
- d) Pluralismo político.
- e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

008. (2023/CÂMARA DE SAPUCAIA – RJ/PROCURADOR JURÍDICO) No final do ano de 2022, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou a “SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS – UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA”. Por meio dessa publicação foi possível identificar que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou nos últimos anos. Considerando este problema social, erradicar a pobreza é, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) Fundamento da República Federativa do Brasil
- b) Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil
- c) Princípio da República Federativa do Brasil
- d) Norma sem eficácia

009. (2023/PREFEITURA DE FORMOSA DO SUL – SC/PROCURADOR) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, constituem objetivos fundamentais, EXCETO:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Conceder Asilo Político.

010. (2023/PREFEITURA DE BORDA DA MATA – MG/PROCURADOR MUNICIPAL) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Prevalência dos direitos humanos.

011. (2024/PREFEITURA DE TURUÇU – RS/ELETRICISTA) Em relação aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Aumentar a pobreza, marginalização e disseminar as desigualdades sociais e regionais.
() Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
a) E – E.
b) C – E.
c) E – C.
d) C – C.

012. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/ANALISTA – ÁREA: INFORMÁTICA) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político e rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados.

013. (2024/PREFEITURA DE BELO JARDIM – PE/GUARDA MUNICIPAL) A Constituição Federal de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, refletindo o compromisso do país com os direitos fundamentais.

014. (2024/PREFEITURA DE VILA VELHA – ES/AGENTE COMBATE À ENDEMIAS) Segundo a Constituição Federal (1988), a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I. liberdade.
- II. cidadania.
- III. tolerância religiosa.
- IV. valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- V. pluralismo de ideias.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) IV e V, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

015. (2024/EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL/ TÉCNICO – ÁREA DIREITO) De acordo com o art. 3º da Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República é

- a) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) promover o desenvolvimento sustentável.
- c) colaborar com a solução pacífica dos conflitos internacionais.
- d) garantir a independência nacional.
- e) assegurar a livre concorrência.

016. (2024/AUTARQUIA MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES – PE/ASSISTENTE DE PREVIDÊNCIA – ÁREA: ASSISTÊNCIA À SAÚDE) Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público
- b) Garantir o desenvolvimento nacional é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil
- c) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da cidadania
- d) Promover os valores sociais e da livre iniciativa é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
- e) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da concessão de asilo político

017. (2024/AUTARQUIA MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES – PE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE – ÁREA ADMINISTRATIVA) Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

- a) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- b) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
- c. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações
- d) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da não-intervenção
- e) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, promover o pluralismo político.

018. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/ASSISTENTE SOCIAL) Em relação aos Poderes da União, de acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Legislativo.
- () Judiciário.
- () Monárquico.
- () Parlamentar.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – V – F.
- c) V – F – F – F.
- d) V – V – F – F.
- e) F – F – V – V.

019. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/ASSISTENTE SOCIAL) Segundo a Constituição Federal, em relação aos princípios que regem as relações internacionais, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Autodeterminação dos povos.
- () Pluralismo político.
- () Concessão de asilo.
- () Solução pacífica dos conflitos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) V – V – F – F.
- e) V – F – V – V.

020. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/BORRACHEIRO) Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como fundamento:

- a) A dignidade da pessoa humana.
- b) Aumentar os direitos trabalhistas.
- c) Difundir a internet.
- d) Retirar a população do campo.
- e) Fomentar o exercício físico.

021. (2024/PREFEITURA DE PAULO BENTO – RS/TÉCNICO EM ENFERMAGEM) Sobre os Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A conquista de novos territórios constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

II. Garantir o desenvolvimento nacional constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

III. O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- a) Todas as assertivas estão corretas.

- b) Todas as assertivas estão incorretas.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

022. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/PROFESSOR) Conforme a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade _____ de nações.

- a) anglo-estadunidense
- b) latino-americana
- c) sul-africano
- d) bielo-russo

023. (2024/PREFEITURA DE FLORAÍ – PR/EDUCADOR SOCIAL) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos fundamentos:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

024. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS/AGENTE DE APOIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

- a) repúdio ao racismo.
- b) igualdade entre os entes federados.
- c) pluralismo político.
- d) independência nacional.
- e) não-intervenção.

025. (2024/PREFEITURA DE SANTO AUGUSTO – RS/RECEPCIONISTA) De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos:

- a) O pluralismo político e a dignidade da pessoa humana.
- b) Aumentar os direitos políticos e criminais.

- c) Aumentar as lavouras de fumo e fomentar o uso de cigarro.
- d) Retirar a população das pequenas cidades e do campo.
- e) Difundir o uso de internet e o consumo de carne.

026. (2024/PREFEITURA DE SANTO AUGUSTO – RS/TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS) Analise as assertivas abaixo sobre os princípios que regem as relações internacionais e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Autodeterminação dos povos.
- () Concessão de asilo político.
- () Participação nos lucros das empresas não sediadas no país.
- () Solução pacífica dos conflitos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) V – V – F – F.
- e) F – F – V – F.

027. (2024/UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE/ASSISTENTE DE ALUNOS) Considerando os Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

II. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa Constituição.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da independência nacional.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão incorretas.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

028. (2024/DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A garantia do desenvolvimento nacional.
- d) A erradicação da pobreza.
- e) A promoção do bem de todos.

029. (2024/DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação. Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Promover a soberania.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Engajar o pluralismo político.
- d) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- e) Fomentar a cidadania.

030. (2024/DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz. Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

031. (2024/PREFEITURA DE CANGUÇU – RS/AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL) De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. Intervenção.
- II. Dependência nacional.
- III. Prevalência dos direitos humanos.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item III.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Todos os itens.

032. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS) Com base na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Todo poder emana do povo.
- () É objetivo fundamental da República construir uma sociedade justa.
- () Não constitui objetivo fundamental da República erradicar a marginalização.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F.
- b) F – V – F.
- c) V – F – V.
- d) F – V – V.
- e) V – F – F.

033. (2024/CÂMARA DE ANÁPOLIS – GO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 prevê os fundamentos da República Federativa do Brasil, que se constitui em Estado Democrático de Direito. São fundamentos previstos no dispositivo constitucional:

- a) a soberania, a cidadania e a autodeterminação dos povos.
- b) a independência, a solução pacífica de conflitos e o pluralismo político.
- c) a dignidade da pessoa humana, a soberania e a cidadania.
- d) a não-intervenção, a livre iniciativa e a soberania.

034. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS – GO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) A Constituição Federal de 1988 elenca os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, tais relações são as formas como Estados soberanos interagem entre si e com outros atores dentro do Sistema Internacional, fixando os parâmetros de atuação. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de:

- a) Dependência internacional.
- b) Independência entre os Estados.

- c) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- d) Intervenção.

035. (2024/PREFEITURA DE IRAÍ – RS/AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988, nas suas relações internacionais, o Brasil é orientado pelo princípio do repúdio ao:

- I. Racismo.
- II. Terrorismo.
- III. Tabagismo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

036. (2024/PREFEITURA DE IBIRAPUITÃ – RS/COZINHEIRO) Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- b) Independência nacional.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Invasão em outros países.
- e) Solução pacífica dos conflitos.

037. (2024/PREFEITURA DE SÃO LUDGERO – SC/PROCURADOR JURÍDICO) Na forma de governo do tipo república, o país é representado por um Chefe de Estado, eleito pelos cidadãos, que exerce a sua função durante um tempo limitado. Conforme previsão expressa na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) Prevalência do desenvolvimento nacional.
- b) Independência internacional.
- c) Igualdade entre os Estados.
- d) Igualdade entre os povos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

038. (2024/POLÍCIA MILITAR DO PERNAMBUCO/SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR) Conforme previsto nos quatro primeiros artigos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) A não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos são alguns dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais.

039. (2024/USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU/AGENTE DE SEGURANÇA) Conforme a Constituição Federal de 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem

- a) a solução pacífica dos conflitos.
- b) a pluralidade partidária.
- c) a civilidade.
- d) dignidade da pessoa humana.
- e) os valores legais das normas jurídicas e sociais.

040. (2024/PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA – SP/BOMBEIRO MUNICIPAL) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Exceto:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) prevalência dos direitos humanos.
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

041. (2024/PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA – SP/BOMBEIRO MUNICIPAL) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios. Analise as afirmativas abaixo atribuindo (V) para verdadeira e (F) para falsa, e em seguida assinale a alternativa com a sequência correta. De acordo com a Constituição Federal Art. 4º. São princípios:

- () erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- () autodeterminação dos povos e garantir o desenvolvimento nacional.
- () repúdio ao terrorismo e ao racismo bem como construir uma sociedade livre, justa e solidária.

() solução pacífica dos conflitos e igualdade entre os Estados.

- a) F – F – F – V
- b) V – F – V – V
- c) F – F – V – V
- d) V – V – F – F
- e) F – V – F – V

042. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL) Assinale a ÚNICA alternativa que NÃO apresenta um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição Federal de 1988.

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) Garantir o desenvolvimento nacional;
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

043. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/PSICOPEDAGOGO) A cidadania está prevista na Constituição Federal de 1988 como um dos:

- a) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- b) princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- c) direitos sociais.
- d) direitos da ordem econômica.
- e) fundamentos da República Federativa do Brasil.

044. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL/ANALISTA DE COMPRAS – ÁREA: CONTRATOS E LICITAÇÕES) Analise as informações a seguir:

I. De acordo com a Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

II. Segundo a Constituição Federal, autodeterminação dos povos e solução pacífica dos conflitos são princípios da República Federativa do Brasil.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.

045. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL/TÉCNICO AGRÍCOLA) Analise as informações a seguir:

I. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional, bem como erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

II. São objetivos fundamentais expressos na CF/88 a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.

046. (2024/PREFEITURA DE ÁGUAS DE LINDÓIA – SP/GUARDA MUNICIPAL) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (art. 1º, CF), exceto:

- a) a democracia.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) o pluralismo político.
- e) os valores do trabalho e da livre iniciativa.

047. (2024/PREFEITURA DE PEROLA – PR/ASSISTENTE SOCIAL) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos fundamentos:

- a) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos apenas de origem.
- e) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

048. (2024/CÂMARA DE CACHOEIRINHA – RS/CONTADOR) Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- b) Constitui fundamento da República Federativa a dignidade da pessoa humana.

- c) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a independência nacional.
- d) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.

049. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ/TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA – ÁREA: TÉCNICO ADMINISTRATIVO) A Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro. Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima Constituição que nosso país tem – e a sexta desde que nos tornamos uma República. (Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-federal-1988/>. Acesso em: 07/10/2023.) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) Promover a conscientização que a desigualdade social é inerente às ações públicas.
- d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

050. (2024/PREFEITURA DE SÃO MARTINHO DA SERRA – RS/MECÂNICO) Com base na Constituição Federal, em seu Art. 3º, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- d) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) Prestar assistência religiosa.

GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. d | 35. b |
| 2. d | 36. d |
| 3. a | 37. c |
| 4. d | 38. c |
| 5. b | 39. d |
| 6. e | 40. c |
| 7. c | 41. a |
| 8. b | 42. e |
| 9. e | 43. e |
| 10. e | 44. a |
| 11. c | 45. b |
| 12. C | 46. a |
| 13. C | 47. c |
| 14. a | 48. c |
| 15. a | 49. c |
| 16. e | 50. e |
| 17. e | |
| 18. d | |
| 19. e | |
| 20. a | |
| 21. e | |
| 22. b | |
| 23. b | |
| 24. c | |
| 25. a | |
| 26. c | |
| 27. a | |
| 28. a | |
| 29. b | |
| 30. c | |
| 31. b | |
| 32. a | |
| 33. c | |
| 34. c | |

GABARITO COMENTADO

001. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE MINAS GERAIS/ADVOGADO) O Art. 1º da Constituição de 1988 declara que a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito. O Estado de Direito pode ser identificado, dentre outros, pelos seguintes fundamentos:

- a) Dignidade da pessoa humana, cidadania e garantia dos direitos sociais.
- b) Igualdade jurídica, concentração de poder e controle de constitucionalidade das leis.
- c) Supremacia da legalidade, sistema horizontal de normas jurídicas e separação de poderes.
- d) Legalidade ampla e administrativa, separação de poderes e estabelecimento dos direitos e garantias fundamentais.



Analisando os fundamentos do Estado Democrático de Direito, a alternativa D descreve com precisão suas importantes características, quais sejam, a legalidade (incluindo a administrativa), a separação dos poderes e o respeito aos direitos e garantias fundamentais, elementos centrais desse conceito.

Letra d.

002. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Segundo o art. 3º da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) a prevalência dos direitos humanos.
- b) a dignidade da pessoa humana.
- c) a independência nacional.
- d) a garantia do desenvolvimento nacional.



Segundo o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Letra d.

003. (2023/Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo/Procurador) “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito

Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – soberania; II – cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”. Artigo 1º, caput, da Constituição Federal de 1988. Assim,

- a) cidadania constitui o liame jurídico entre o indivíduo e o Estado, fundamentado no princípio democrático.
- b) o princípio federativo designa um modo de exercício do poder político baseado na pluralidade de Estados e Municípios existentes em um dado território.
- c) é característica da Federação Brasileira o direito de secessão, à vista da autonomia constitucionalmente conferida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (art. 18, CF/1988).
- d) uma das características do governo republicano é a sua base democrática, embora não se possa afirmar que os seus fundamentos sejam os mesmos do Estado Democrático, porque este não constitui um regime mas uma forma de governo.
- e) os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte se desenvolveram ao longo de 20 meses, durante os anos de 1987 e 1988, ao fim dos quais, com a promulgação da Constituição, encerrou-se a fase que se entende por República Nova.



A cidadania é de fato o vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado, permitindo-lhe participar no exercício do poder (por meio do voto, por exemplo) e gozar de direitos e deveres civis e políticos. Este conceito está fundamentado no princípio democrático, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

Letra a.

004. (2023/PREFEITURA DE JAGUARIAÍVA/ADVOGADO) Os fundamentos da República Federativa do Brasil são os pilares do ordenamento jurídico. Corresponde a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:

- a) A prevalência dos direitos humanos.
- b) A autodeterminação dos povos.
- c) A erradicação da pobreza.
- d) O pluralismo político.



Os fundamentos da República Federativa do Brasil estão estabelecidos no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, são eles: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

Letra d.

005. (2023/PREFEITURA DE QUATRO PONTES – PR/PROCURADOR JURÍDICO) A Constituição Federal Brasileira vigente estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Nesse sentido, é CORRETO afirmar ser um dos princípios da República Federativa do Brasil que regem suas relações internacionais.

- a) Constituir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Solução pacífica dos conflitos.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



Segundo o art. 4º, da CF/1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político.

Letra b.

006. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Em relação ao preâmbulo da CF e aos princípios fundamentais nela estabelecidos, assinale a opção correta.

- a) O preâmbulo da CF tem natureza normativa semelhante à do seu corpo principal e, consequentemente, pode ser utilizado como paradigma para o controle de constitucionalidade.
- b) O Brasil adota a república como sistema de governo, caracterizada pelo caráter eletivo, representativo e transitório dos detentores do poder político e pela responsabilidade dos governantes.
- c) O preâmbulo da CF é norma de repetição obrigatória para todos os estados da Federação.
- d) A dignidade da pessoa humana constitui princípio das relações internacionais.
- e) Em prol da formação de uma comunidade latino-americana de nações, a República Federativa do Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.



Conforme o art. 4º, da CF/1988, “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Letra e.

007. (2023/CÂMARA DE GUAMIRANGA – PR/ADVOGADO) Adentrando no Direito Constitucional, com base no artigo 1º da nossa Carta Maior, assinale a alternativa a qual não se trata de um princípio fundamental elencado em tal artigo:

- a) Dignidade da pessoa humana.
- b) Cidadania.
- c) Legalidade.
- d) Pluralismo político.
- e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.



O único princípio que não se encontra previsto no art. 1º, da CF/1988, é a legalidade.

Letra c.

008. (2023/CÂMARA DE SAPUCAIA – RJ/PROCURADOR JURÍDICO) No final do ano de 2022, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou a “SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS – UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA”. Por meio dessa publicação foi possível identificar que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou nos últimos anos. Considerando este problema social, erradicar a pobreza é, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) Fundamento da República Federativa do Brasil
- b) Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil
- c) Princípio da República Federativa do Brasil
- d) Norma sem eficácia



A erradicação da pobreza, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é considerada um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expressamente mencionado no artigo 3º, inciso III.

Letra b.

009. (2023/PREFEITURA DE FORMOSA DO SUL – SC/PROCURADOR) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, constituem objetivos fundamentais, EXCETO:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Conceder Asilo Político.



Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão estabelecidos no artigo 3º, da Constituição Federal de 1988. Eles incluem: I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – Garantir o desenvolvimento nacional; III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Letra e.

010. (2023/PREFEITURA DE BORDA DA MATA – MG/PROCURADOR MUNICIPAL) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Prevalência dos direitos humanos.



A prevalência dos direitos humanos está explicitamente mencionada como um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, conforme o artigo 4º, II, da Constituição Federal.

Letra e.

011. (2024/PREFEITURA DE TURUÇU – RS/ELETRICISTA) Em relação aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Aumentar a pobreza, marginalização e disseminar as desigualdades sociais e regionais.
() Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- a) E – E.
 - b) C – E.
 - c) E – C.
 - d) C – C.



A questão refere-se aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 3º da Constituição Federal de 1988. Vamos avaliar as afirmativas: Afirmativa 1: Aumentar a pobreza, marginalização e disseminar as desigualdades sociais e regionais. Errada (E). A Constituição Federal, no art. 3º, inciso III, estabelece como objetivo fundamental

“erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, ou seja, o texto constitucional é contrário ao aumento da pobreza e da desigualdade. Afirmativa 2: Construir uma sociedade livre, justa e solidária. Certa (C). Essa afirmativa reflete exatamente o disposto no art. 3º, inciso I da Constituição Federal, que estabelece como objetivo da República Federativa do Brasil “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Portanto, a sequência correta é E – C.

Letra c.

012. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/ANALISTA – ÁREA: INFORMÁTICA) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político e rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados.



A afirmativa está correta. Vamos analisar com base na Constituição Federal: A Constituição Federal estabelece no art. 1º, inciso V, que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político. Isso significa que o Brasil valoriza e garante a diversidade de opiniões, ideologias e participação política, como forma de fortalecimento da democracia. No art. 4º, incisos I e V, a Constituição Federal define que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: Inciso I: independência nacional; Inciso V: igualdade entre os Estados.

Certo.

013. (2024/PREFEITURA DE BELO JARDIM – PE/GUARDA MUNICIPAL) A Constituição Federal de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, refletindo o compromisso do país com os direitos fundamentais.



A Constituição Federal de 1988, no art. 1º, inciso III, estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Esse princípio reflete o compromisso do Estado brasileiro com os direitos fundamentais e com o respeito à condição humana, garantindo que todos os cidadãos sejam tratados com respeito e tenham acesso aos direitos básicos que asseguram uma vida digna.

Certo.

014. (2024/PREFEITURA DE VILA VELHA – ES/AGENTE COMBATE À ENDEMIAS) Segundo a Constituição Federal (1988), a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I. liberdade.
- II. cidadania.
- III. tolerância religiosa.
- IV. valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- V. pluralismo de ideias.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) IV e V, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil estão expressos no art. 1º, e são os seguintes: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. Agora, vamos analisar as afirmativas:

- I. Liberdade: a liberdade é um direito fundamental garantido pela Constituição, mas não está listada como fundamento no art. 1º.
- II. Cidadania: correta. a cidadania é um dos fundamentos, conforme art. 1º, inciso II.
- III. Tolerância religiosa: embora a liberdade religiosa seja garantida pela Constituição (art. 5º, VI), a “tolerância religiosa” não é listada como fundamento no art. 1º.
- IV. Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa: correta. É um dos fundamentos, conforme art. 1º, inciso IV.
- V. Pluralismo de ideias: sendo fiel a texto expresso pela Constituição Federal, o fundamento mencionado no art. 1º, inciso V é o pluralismo político.

Portanto, as afirmativas corretas são II e IV, sendo a resposta correta a alternativa A.

Letra a.

015. (2024/EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL/ TÉCNICO – ÁREA DIREITO) De acordo com o art. 3º da Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República é

- a) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) promover o desenvolvimento sustentável.

- c) colaborar com a solução pacífica dos conflitos internacionais.
- d) garantir a independência nacional.
- e) assegurar a livre concorrência.



De acordo com o art. 3º da Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” Este objetivo está expressamente previsto no art. 3º, inciso III, que determina a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e o combate à marginalização como parte dos objetivos fundamentais da República. As outras opções mencionam princípios ou garantias que constam em outros artigos da Constituição, mas não como objetivos fundamentais, conforme o art. 3º.

Letra a.

016. (2024/AUTARQUIA MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES – PE/ASSISTENTE DE PREVIDÊNCIA – ÁREA: ASSISTÊNCIA À SAÚDE) Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público
- b) Garantir o desenvolvimento nacional é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil
- c) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da cidadania
- d) Promover os valores sociais e da livre iniciativa é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
- e) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da concessão de asilo político



- a) Errada. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público. Errada. Os Poderes da União são Legislativo, Executivo e Judiciário, conforme o art. 2º da Constituição Federal. O Ministério Público não é um Poder, embora tenha autonomia e seja uma função essencial à justiça.
- b) Errada. Garantir o desenvolvimento nacional é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Errada. Garantir o desenvolvimento nacional é um dos objetivos fundamentais da República, conforme art. 3º, inciso II, e não um fundamento. Os fundamentos da República estão no art. 1º e incluem soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político.

c) Errada. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da cidadania. Errada. A cidadania é um fundamento da República Federativa do Brasil, conforme o art. 1º, inciso II, mas não é princípio que rege as relações internacionais. Os princípios que regem as relações internacionais estão no art. 4º e incluem, por exemplo, a autodeterminação dos povos, a não intervenção e a cooperação entre os povos.

d) Errada. Promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Errada. Promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa é um dos fundamentos da República, conforme o art. 1º, inciso IV, e não um dos objetivos fundamentais (que estão no art. 3º).

e) Certa. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da concessão de asilo político. Correta. A concessão de asilo político é, de fato, um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, conforme o art. 4º, inciso X da Constituição.

Letra e.

017. (2024/AUTARQUIA MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES – PE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE – ÁREA ADMINISTRATIVA) Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

a) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

b) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

c. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações

d) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da não-intervenção

e) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, promover o pluralismo político



a) Certa. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Correta. De

acordo com o art. 1º, a República Federativa do Brasil é constituída pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, formando um Estado Democrático de Direito, e tem como um de seus fundamentos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, inciso IV).

b) Certa. Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Correta. O art. 3º, inciso III da Constituição Federal estabelece que um dos objetivos fundamentais da República é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

c) Certa. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Correta. De acordo com o art. 4º, parágrafo único, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

d) Certa. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da não-intervenção. Correta. O art. 4º, inciso IV estabelece que a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da não-intervenção.

e) Errada. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, promover o pluralismo político. Incorreta. Promover o pluralismo político não é um objetivo fundamental, mas sim um fundamento da República, conforme o art. 1º, inciso V. Os objetivos fundamentais estão listados no art. 3º, e o pluralismo político não é um deles.

Letra e.

018. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/ASSISTENTE SOCIAL) Em relação aos Poderes da União, de acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Legislativo.

() Judiciário.

() Monárquico.

() Parlamentar.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – F – F – V.

b) F – V – V – F.

c) V – F – F – F.

d) V – V – F – F.

e) F – F – V – V.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 2º, os Poderes da União são independentes e harmônicos entre si e são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Não existem os poderes “Monárquico” ou “Parlamentar” como Poderes da União.

Letra d.

019. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/ASSISTENTE SOCIAL) Segundo a Constituição Federal, em relação aos princípios que regem as relações internacionais, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Autodeterminação dos povos.
- () Pluralismo político.
- () Concessão de asilo.
- () Solução pacífica dos conflitos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) V – V – F – F.
- e) V – F – V – V.



O art. 4º, da Constituição Federal de 1988, lista os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Vamos analisar as assertivas:

Autodeterminação dos povos: verdadeiro (V). A autodeterminação dos povos é um princípio que rege as relações internacionais do Brasil, conforme o art. 4º, inciso III.

Pluralismo político: falso (F). O pluralismo político é um fundamento da República Federativa do Brasil, conforme o art. 1º, inciso V, mas não é um princípio das relações internacionais.

Concessão de asilo: verdadeiro (V). A concessão de asilo político é um princípio das relações internacionais, conforme o art. 4º, inciso X.

Solução pacífica dos conflitos: verdadeiro (V). A solução pacífica dos conflitos é um princípio das relações internacionais, conforme o art. 4º, inciso VII.

Letra e.

020. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/BORRACHEIRO) Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como fundamento:

- a) A dignidade da pessoa humana.
- b) Aumentar os direitos trabalhistas.

- c) Difundir a internet.
- d) Retirar a população do campo.
- e) Fomentar o exercício físico.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 1º, inciso III, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade da pessoa humana. Esse princípio é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, que busca assegurar o respeito aos direitos fundamentais e à valorização do ser humano. As outras alternativas não estão relacionadas aos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Letra a.

021. (2024/PREFEITURA DE PAULO BENTO – RS/TÉCNICO EM ENFERMAGEM) Sobre os Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A conquista de novos territórios constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
 - II. Garantir o desenvolvimento nacional constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
 - III. O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Todas as assertivas estão incorretas.
 - c) Apenas a assertiva I está correta.
 - d) Apenas a assertiva II está correta.
 - e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.



I. A conquista de novos territórios constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Incorreta. A Constituição Federal não menciona a conquista de novos territórios como objetivo fundamental da República. Na verdade, o Brasil rege-se pelo princípio da não-intervenção e da resolução pacífica de conflitos em suas relações internacionais (art. 4º).

II. Garantir o desenvolvimento nacional constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Correta. O art. 3º, inciso II, da Constituição Federal, estabelece como um dos objetivos fundamentais da República garantir o desenvolvimento nacional.

III. O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Correta. O art. 1º, inciso V, da Constituição Federal, define o pluralismo político como um dos fundamentos da República.

Portanto, a resposta correta é a alternativa E: Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Letra e.

022. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/PROFESSOR) Conforme a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade _____ de nações.

- a) anglo-estadunidense
- b) latino-americana
- c) sul-africano
- d) bielo-russo



De acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 4º, parágrafo único, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Letra b.

023. (2024/PREFEITURA DE FLORAÍ – PR/EDUCADOR SOCIAL) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos fundamentos:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.



Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil. As outras opções listadas são objetivos ou princípios previstos em outros artigos da Constituição, mas não como fundamentos.

Letra b.

024. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS/AGENTE DE APOIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

- a) repúdio ao racismo.
- b) igualdade entre os entes federados.
- c) pluralismo político.

- d) independência nacional.
- e) não-intervenção.



A República Federativa do Brasil, conforme o art. 1º, inciso V, da Constituição Federal de 1988, tem como um de seus fundamentos o pluralismo político. As outras opções mencionam princípios que se aplicam em diferentes contextos, como nas relações internacionais (art. 4º), mas não são fundamentos da República.

Letra c.

025. (2024/PREFEITURA DE SANTO AUGUSTO – RS/RECEPCIONISTA) De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos:

- a) O pluralismo político e a dignidade da pessoa humana.
- b) Aumentar os direitos políticos e criminais.
- c) Aumentar as lavouras de fumo e fomentar o uso de cigarro.
- d) Retirar a população das pequenas cidades e do campo.
- e) Difundir o uso de internet e o consumo de carne.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil estão listados no art. 1º e incluem, entre outros, o pluralismo político e a dignidade da pessoa humana.

Letra a.

026. (2024/PREFEITURA DE SANTO AUGUSTO – RS/TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS) Analise as assertivas abaixo sobre os princípios que regem as relações internacionais e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Autodeterminação dos povos.
- () Concessão de asilo político.
- () Participação nos lucros das empresas não sediadas no país.
- () Solução pacífica dos conflitos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) V – V – F – F.
- e) F – F – V – F.



Vamos analisar as assertivas sobre os princípios que regem as relações internacionais, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

Autodeterminação dos povos: verdadeiro (V). Este é um princípio que rege as relações internacionais, conforme o art. 4º, inciso III.

Concessão de asilo político: verdadeiro (V). A concessão de asilo político é também um princípio das relações internacionais, conforme o art. 4º, inciso X.

Participação nos lucros das empresas não sediadas no país: falso (F). Este não é um princípio que rege as relações internacionais segundo a Constituição.

Solução pacífica dos conflitos: Verdadeiro (V). Este princípio está previsto no art. 4º, inciso VII da Constituição.

A ordem correta é: V – V – F – V.

Letra c.

027. (2024/UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE/ASSISTENTE DE ALUNOS) Considerando os Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

II. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa Constituição.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da independência nacional.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas a assertiva I está correta.

d) Apenas a assertiva II está correta.

e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.



I. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Correta. Esta afirmação está de acordo com o art. 2º, da Constituição Federal, que estabelece a independência e a harmonia entre os três poderes.

II. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa Constituição. Correta. Esta afirmação está de acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal, que afirma que todo o poder emana do povo.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da independência nacional. Correta. A independência nacional é um dos princípios que regem as relações internacionais, presentes no art. 4º, da CF/1988.

Com isso, todas as assertivas são corretas.

Letra a.

028. (2024/DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A garantia do desenvolvimento nacional.
- d) A erradicação da pobreza.
- e) A promoção do bem de todos.



Os fundamentos da República Federativa do Brasil estão elencados no art. 1º, da Constituição Federal de 1988. Entre os fundamentos mencionados, destaca-se os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Essa opção é um dos fundamentos explicitamente mencionado no art. 1º, inciso IV. As outras opções são objetivos da República Federativa do Brasil, presentes no art. 3º, da CF/1988.

Letra a.

029. (2024/DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação. Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Promover a soberania.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Engajar o pluralismo político.
- d) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- e) Fomentar a cidadania.



Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão dispostos no art. 3º da Constituição Federal de 1988. Dentre as opções apresentadas, a que se alinha a um dos

objetivos fundamentais da Constituição é “garantir o desenvolvimento nacional”, mencionado no art. 3º, inciso II. As outras opções são relevantes, mas não estão explicitamente listadas como objetivos fundamentais na Constituição.

Letra b.

030. (2024/DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz. Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.



Vamos analisar cada uma das assertivas em relação aos princípios das relações internacionais conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988:

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. Correta. Essa afirmação está em conformidade com o art. 4º, parágrafo único, da Constituição, que menciona a busca pela integração dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais. Incorreta. Embora a redução das desigualdades regionais seja um objetivo da política nacional, não é um princípio explícito nas relações internacionais conforme o art. 4º.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político. Correta. Esta afirmação é verdadeira e está conforme o art. 4º, inciso X, que menciona a concessão de asilo como um princípio das relações internacionais. Com isso, as afirmações corretas são I e III.

Letra c.

031. (2024/PREFEITURA DE CANGUÇU – RS/AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL) De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. Intervenção.
- II. Dependência nacional.
- III. Prevalência dos direitos humanos.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item III.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Todos os itens.



Vamos analisar os itens listados em relação aos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido no art. 4º, da Constituição Federal de 1988:

I. Intervenção. Incorreto. O princípio da intervenção não é um princípio que rege as relações internacionais do Brasil. Na verdade, a Constituição menciona a não-intervenção como um princípio.

II. Dependência nacional. Incorreto. A dependência nacional também não é mencionada como um princípio nas relações internacionais. O Brasil busca a independência nacional, não a dependência.

III. Prevalência dos direitos humanos. Correto. A prevalência dos direitos humanos é, de fato, um princípio que orienta as relações internacionais do Brasil, conforme o art. 4º, inciso II. Dessa forma, apenas o item III está correto.

Letra b.

032. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS) Com base na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Todo poder emana do povo.
- () É objetivo fundamental da República construir uma sociedade justa.
- () Não constitui objetivo fundamental da República erradicar a marginalização.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F.
- b) F – V – F.
- c) V – F – V.
- d) F – V – V.
- e) V – F – F.



Vamos analisar cada uma das assertivas com base na Constituição Federal de 1988:

Todo poder emana do povo. Verdadeira (V). Esta afirmação está de acordo com o art. 1º, parágrafo único, que diz que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.

É objetivo fundamental da República construir uma sociedade justa. Verdadeira (V). Esta afirmação é correta, pois a construção de uma sociedade justa é um dos objetivos fundamentais da República, conforme o art. 3º.

Não constitui objetivo fundamental da República erradicar a marginalização. Falsa (F). Esta afirmativa é incorreta, pois a erradicação da marginalização é, de fato, um dos objetivos fundamentais, conforme mencionado no art. 3º, inciso III, que fala sobre erradicar a pobreza e a marginalização.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses é: V – V – F.

Letra a.

033. (2024/CÂMARA DE ANÁPOLIS – GO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 prevê os fundamentos da República Federativa do Brasil, que se constitui em Estado Democrático de Direito. São fundamentos previstos no dispositivo constitucional:

- a) a soberania, a cidadania e a autodeterminação dos povos.
- b) a independência, a solução pacífica de conflitos e o pluralismo político.
- c) a dignidade da pessoa humana, a soberania e a cidadania.
- d) a não-intervenção, a livre iniciativa e a soberania.



O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 estabelece os fundamentos da República Federativa do Brasil, que são: a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a soberania, a pluralidade política. Dentre as opções apresentadas, a que melhor reflete os fundamentos previstos no art. 1º é: C. a dignidade da pessoa humana, a soberania e a cidadania. As outras opções incluem termos que não estão expressamente listados como fundamentos da República.

Letra c.

034. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS – GO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) A Constituição Federal de 1988 elenca os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, tais relações são as formas como Estados soberanos interagem entre si e com outros atores dentro do Sistema Internacional, fixando os parâmetros de atuação. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de:

- a) Dependência internacional.
- b) Independência entre os Estados.
- c) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- d) Intervenção.



A Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 4º os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Entre os princípios mencionados, destaca-se: C. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

As outras opções estão incorretas:

- a) Errada. Dependência internacional. Este não é um princípio mencionado na Constituição; o Brasil busca a independência nacional.
- b) Errada. Independência entre os Estados. A Constituição menciona a independência nacional, mas não de forma direta como “independência entre os Estados.”
- d) Errada. Intervenção. A Constituição enfatiza o princípio da não-intervenção, não a intervenção.

Letra c.

035. (2024/PREFEITURA DE IRAÍ – RS/AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988, nas suas relações internacionais, o Brasil é orientado pelo princípio do repúdio ao:

- I. Racismo.
- II. Terrorismo.
- III. Tabagismo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, nas suas relações internacionais, o Brasil é orientado pelo princípio do repúdio ao racismo e ao terrorismo, conforme mencionado no art. 4º. Portanto, as assertivas corretas são apenas I e II.

Letra b.

036. (2024/PREFEITURA DE IBIRAPUITÃ – RS/COZINHEIRO) Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- b) Independência nacional.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Invasão em outros países.
- e) Solução pacífica dos conflitos.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil estão dispostos no artigo 4º. Invasão em outros países não é aceito e vai contra a orientação da Constituição Federal, que preconiza a não-intervenção e a solução pacífica dos conflitos. As demais assertivas possuem amparo no art. 4º, da CF/1988.

Letra d.

037. (2024/PREFEITURA DE SÃO LUDGERO – SC/PROCURADOR JURÍDICO) Na forma de governo do tipo república, o país é representado por um Chefe de Estado, eleito pelos cidadãos, que exerce a sua função durante um tempo limitado. Conforme previsão expressa na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) Prevalência do desenvolvimento nacional.
- b) Independência internacional.
- c) Igualdade entre os Estados.
- d) Igualdade entre os povos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil estão especificados no artigo 4º. Vamos analisar as opções:

- a) Errada. Prevalência do desenvolvimento nacional. Incorreta. Embora o desenvolvimento nacional seja um objetivo, não é explicitamente mencionado como um dos princípios nas relações internacionais.
- b) Errada. Independência internacional. Incorreta. O princípio correto é a independência nacional, que está presente no artigo 4º.
- c) Certa. Igualdade entre os Municípios. Incorreta. O artigo menciona a igualdade entre os Estados (no caso, os Estados nacionais).

d) Errada. Defesa da paz. Correta. Este é um dos princípios previstos no artigo 4º, VI, da CF/1988.

Letra c.

038. (2024/POLÍCIA MILITAR DO PERNAMBUCO/SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR) Conforme previsto nos quatro primeiros artigos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) A não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos são alguns dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais.



Vamos analisar as alternativas apresentadas de acordo com os quatro primeiros artigos da Constituição da República Federativa do Brasil.

- a) Certa. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil. Correta. Este é um dos fundamentos previstos no artigo 1º.
- b) Certa. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Correta. Isso está previsto no artigo 2º da Constituição.
- c) Errada. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Incorreta. Embora a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos sejam importantes princípios que regem as relações internacionais, elas não estão entre os objetivos fundamentais da República, que estão listados no artigo 3º.
- d) Certa. Construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Correta. Esses são objetivos previstos no artigo 3º.
- e) Certa. A não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos são alguns dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais. Correta. Esses princípios estão descritos no artigo 4º.

Letra c.

039. (2024/USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU/AGENTE DE SEGURANÇA) Conforme a Constituição Federal de 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem

- a) a solução pacífica dos conflitos.
- b) a pluralidade partidária.
- c) a civilidade.
- d) dignidade da pessoa humana.
- e) os valores legais das normas jurídicas e sociais.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil estão previstos no artigo 1º. Vamos analisar as opções apresentadas:

- a) Errada. A solução pacífica dos conflitos. Incorreta. Este é um princípio que rege as relações internacionais do Brasil, mas não é um fundamento da República.
 - b) Errada. A pluralidade partidária. Incorreta. A pluralidade partidária é importante para o sistema democrático, mas não está entre os fundamentos listados no artigo 1º.
 - c) Errada. A civilidade. Incorreta. Embora a civilidade seja um valor importante, não é explicitamente mencionada como um fundamento da República na Constituição.
 - d) Certa. A dignidade da pessoa humana. Correta. Este é um dos fundamentos previstos no artigo 1º da Constituição.
 - e) Errada. Os valores legais das normas jurídicas e sociais. Incorreta. Esta expressão não reflete um fundamento específico da República conforme estabelecido na Constituição. Portanto, a opção correta que reflete os fundamentos da República Federativa do Brasil é D
- Letra d.**
-

040. (2024/PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA – SP/BOMBEIRO MUNICIPAL) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Exceto:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) prevalência dos direitos humanos.
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



Para responder a esta pergunta, vamos analisar as opções em relação aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme disposto no artigo 3º da Constituição Federal de 1988.

- a) Certa. Construir uma sociedade livre, justa e solidária. Correta. Este é um dos objetivos fundamentais mencionados no artigo 3º.

b) Certa. Garantir o desenvolvimento nacional. Correta. Também é um objetivo fundamental previsto no artigo 3º.

c) Errada. Prevalência dos direitos humanos. Incorreta. Embora a prevalência dos direitos humanos seja um princípio importante, não está explicitamente listada como um objetivo fundamental no artigo 3º.

d) Certa. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Correta. Este é um dos objetivos fundamentais listados no artigo 3º.

e) Certa. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Correta. Este também é um objetivo fundamental conforme o artigo 3º.

Portanto, a opção que não constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil é C.

Letra c.

041. (2024/PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA – SP/BOMBEIRO MUNICIPAL) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios. Analise as afirmativas abaixo atribuindo (V) para verdadeira e (F) para falsa, e em seguida assinale a alternativa com a sequência correta. De acordo com a Constituição Federal Art. 4º. São princípios:

- () erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- () autodeterminação dos povos e garantir o desenvolvimento nacional.
- () repúdio ao terrorismo e ao racismo bem como construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- () solução pacífica dos conflitos e igualdade entre os Estados.

- a) F – F – F – V
- b) V – F – V – V
- c) F – F – V – V
- d) V – V – F – F
- e) F – V – F – V



Vamos analisar as afirmações com base no artigo 4º, da Constituição Federal de 1988, que trata dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil: Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais: falso (F). Este é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, previsto no artigo 3º, não um princípio que rege as relações internacionais.

Autodeterminação dos povos e garantir o desenvolvimento nacional: falso (F). A autodeterminação dos povos é um princípio das relações internacionais, mas garantir o

desenvolvimento nacional é um objetivo fundamental previsto no artigo 3º, não um princípio de relações internacionais.

Repúdio ao terrorismo e ao racismo, bem como construir uma sociedade livre, justa e solidária: falso (F). O repúdio ao terrorismo e ao racismo é um princípio das relações internacionais, mas construir uma sociedade livre, justa e solidária é um objetivo fundamental previsto no artigo 3º, não um princípio das relações internacionais.

Solução pacífica dos conflitos e igualdade entre os Estados: verdadeiro (V). Esses são princípios expressamente previstos no artigo 4º.

Agora, com base na análise, a sequência correta é: F – F – F – V. Portanto, a alternativa correta é A.

Letra a.

042. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL) Assinale a ÚNICA alternativa que NÃO apresenta um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição Federal de 1988.

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) Garantir o desenvolvimento nacional;
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.



Vamos analisar as alternativas com base nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988:

- a) Certa. Construir uma sociedade livre, justa e solidária. Correta. Este é um dos objetivos fundamentais, conforme o artigo 3º, inciso I.
- b) Certa. Garantir o desenvolvimento nacional. Correta. Este objetivo está previsto no artigo 3º, inciso II.
- c) Certa. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Correta. Está previsto no artigo 3º, inciso III.
- d) Certa. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Correta. Está previsto no artigo 3º, inciso IV.
- e) Errada. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Incorreta. Este não é um objetivo fundamental, mas sim um princípio das relações internacionais, previsto no artigo 4º, inciso IX.

Portanto, a alternativa que não apresenta um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é E.

Letra e.

043. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/PSICOPEDAGOGO) A cidadania está prevista na Constituição Federal de 1988 como um dos:

- a) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- b) princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- c) direitos sociais.
- d) direitos da ordem econômica.
- e) fundamentos da República Federativa do Brasil.



A cidadania é prevista na Constituição Federal de 1988 como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o artigo 1º, inciso II.

Letra e.

044. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL/ANALISTA DE COMPRAS – ÁREA: CONTRATOS E LICITAÇÕES) Analise as informações a seguir:

I. De acordo com a Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

II. Segundo a Constituição Federal, autodeterminação dos povos e solução pacífica dos conflitos são princípios da República Federativa do Brasil.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.



A análise das afirmativas deve ser feita com base nos artigos 1º e 4º da Constituição Federal de 1988:

I. A dignidade da pessoa humana e o pluralismo político são, de fato, fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme o artigo 1º, incisos III e V.

II. A autodeterminação dos povos e a solução pacífica dos conflitos são princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, conforme o artigo 4º, incisos III e VII.

Letra a.

045. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL/TÉCNICO AGRÍCOLA) Analise as informações a seguir:

I. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional, bem como erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

II. São objetivos fundamentais expressos na CF/88 a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.



A análise das afirmativas deve ser feita com base nos artigos 1º e 3º da Constituição Federal de 1988:

I. A afirmativa é verdadeira. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais, conforme o artigo 3º, incisos II e III.

II. A afirmativa é falsa. A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa não são objetivos fundamentais, mas fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme o artigo 1º, incisos I a IV.

Letra b.

046. (2024/PREFEITURA DE ÁGUAS DE LINDÓIA – SP/GUARDA MUNICIPAL) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (art. 1º, CF), exceto:

- a) a democracia.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) o pluralismo político.
- e) os valores do trabalho e da livre iniciativa.



A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, elenca os fundamentos da República Federativa do Brasil, que são: a soberania (inciso I), a cidadania (inciso II), a dignidade da pessoa humana (inciso III), os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (inciso IV) e o pluralismo político (inciso V). No entanto, a democracia não é listada como um fundamento no artigo 1º. Embora seja um conceito presente na Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao Estado Democrático de Direito, não é um dos fundamentos expressos no artigo 1º.

Letra a.

047. (2024/PREFEITURA DE PEROLA – PR/ASSISTENTE SOCIAL) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos fundamentos:

- a) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos apenas de origem.
- e) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.



A República Federativa do Brasil, conforme o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, tem como um de seus fundamentos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. As opções de “promover o bem de todos” e “erradicar a pobreza” estão relacionadas aos objetivos fundamentais da República, previstos no artigo 3º da Constituição, e não aos fundamentos.

Letra c.

048. (2024/CÂMARA DE CACHOEIRINHA – RS/CONTADOR) Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- b) Constitui fundamento da República Federativa a dignidade da pessoa humana.
- c) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a independência nacional.
- d) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.



A alternativa INCORRETA é C. A independência nacional não é um objetivo fundamental, mas sim um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, conforme o artigo 4º da Constituição Federal. Os objetivos fundamentais da República estão elencados no artigo 3º e incluem: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos.

Letra c.

049. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ/TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA – ÁREA: TÉCNICO ADMINISTRATIVO) A Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro. Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima Constituição que nosso país tem – e a sexta desde que nos tornamos uma República. (Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-federal-1988/>. Acesso em: 07/10/2023.) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) Promover a conscientização que a desigualdade social é inerente às ações públicas.
- d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.



A alternativa INCORRETA é C. Essa afirmação não está em conformidade com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme o artigo 3º, da Constituição Federal. Pelo contrário, um dos objetivos fundamentais é justamente erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, não promover a aceitação da desigualdade como algo inerente.

Letra c.

050. (2024/PREFEITURA DE SÃO MARTINHO DA SERRA – RS/MECÂNICO) Com base na Constituição Federal, em seu Art. 3º, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- d) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) Prestar assistência religiosa.



A alternativa INCORRETA é E. A prestação de assistência religiosa não está prevista como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil no artigo 3º da Constituição Federal. Os objetivos expressos nesse artigo são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos.

Letra e.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

